

# Economy & Law<sup>®</sup>

Content and Information for Leaders

TWE&LOS | YEAR 2 | R\$ 20,00

[www.thewinners.com.br](http://www.thewinners.com.br)

Innsbruck  
editora

The  
**WINNERS**

Campanha  
do TJ coloca  
tema como  
prioridade  
máxima

**RICARDO  
ANAFE**

quer zerar 225 mil  
precatórios em SP

**PRESIDENTE DO TJ-SP FALA SOBRE A INSTALAÇÃO DE VARAS EMPRESARIAIS NO INTERIOR**



# Trabalho que transforma o Brasil

 ·  · 

— Sistema Comércio —



A **Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC)** é do tamanho do Brasil. Seus setores representados são o principal motor da economia brasileira, respondendo por mais de 70% do valor adicionado do PIB nacional, gerando emprego, renda e constante desenvolvimento socioeconômico.

SAIBA MAIS  
SOBRE A CNC:



O **Serviço Social do Comércio (Sesc)** promove ações nas áreas de educação, saúde, cultura, lazer e assistência. Um trabalho realizado em prol dos colaboradores do comércio de bens, serviços e turismo e que ao longo dos anos se estendeu a toda a população, como forma de cooperar com a sociedade e contribuir para a igualdade social.



✓ **Presente em mais de  
2 mil municípios**

✓ **+ 3 milhões de pessoas beneficiadas  
mensalmente pelo Mesa Brasil Sesc**



**4,3  
milhões**

**de clientes com Cartão Sesc**



SAIBA MAIS  
SOBRE O SESC:



O **Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac)** é reconhecido como um centro de excelência na formação de trabalhadores para o comércio de bens, serviços e turismo do País.

✓ **Presente em mais de  
1.500 municípios**

✓ **+ de 436,5 mil matrículas  
concluídas no Programa Senac  
de Gratuidade**



**1,533 milhão  
de atendimentos  
realizados em 2021**

SAIBA MAIS  
SOBRE O SENAC:



# LAND ROVER DEFENDER

## SEMPRE PREPARADO PARA A AÇÃO



No set do filme *Sem Tempo Para Morrer*, o Novo Defender estava em seu habitat natural. Incomparável e sem limites, o SUV foi projetado para lidar com qualquer adversidade que apareça em seu caminho.

Veja-o em ação em *Sem Tempo Para Morrer*. Somente nos cinemas.

[landrover.com.br](http://landrover.com.br)



No trânsito sua responsabilidade salva vidas.

O veículo mostrado foi modificado para fins de segurança e conduzido por um dublê profissional.

© 2021 Danjaq, LLC and Metro-Goldwyn-Mayer Studios Inc. NO TIME TO DIE, **007** and related James Bond Indicia © 1962-2021 Danjaq, LLC and Metro-Goldwyn-Mayer Studios Inc. NO TIME TO DIE, **007** and related James Bond Trademarks are trademarks of Danjaq, LLC. All Rights Reserved.

SEM  
TEMPO  
PARA  
MORRER

007



ABOVE & BEYOND

SOMENTE NOS CINEMAS





INOVAÇÃO

|

TRANSPARÊNCIA

|

CREDIBILIDADE

ARTICON  
INCORPORADORA



EDIFÍCIO ARTICON OFFICES

|

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

|

PONTUALIDADE



ARTICON TRIA



TECERA



RADIAL OFFICES



REAL CENTER



ARTICON DUE



MAISON FRANÇOIS

SÃO PAULO | BRASIL | ARTICON.COM.BR



# **FECOMÉRCIO RJ:**

## **UM RIO DE INICIATIVAS QUE TRANSFORMAM.**

Sempre buscando contribuir para o desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro, a **Fecomércio RJ** desenvolve projetos e ações que fortalecem o setor do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, geram novas oportunidades e promovem o bem-estar de toda a população.

### **Confira algumas das nossas iniciativas:**

**IFeS** > Instituto Fecomércio de Sustentabilidade, criado para fomentar o empreendedorismo social e ambiental por meio da adoção de práticas sustentáveis na relação entre empresários e consumidores. É o primeiro instituto desse porte e natureza vinculado a uma Federação do Comércio no Brasil.

**Programa Prosind** > desenvolvimento profissional para dirigentes sindicais.

**CETUR** > grupo para fortalecimento do Turismo.

**Clube de Vantagens** > rede de benefícios e convênios exclusivos para empresas.

**IFec** > Instituto Fecomércio de Pesquisas e Análises relacionadas ao setor do Comércio de Bens, Serviços e Turismo.

**Prêmio Visão Consciente** > incentivo e reconhecimento às ações empresariais sustentáveis.

**Campanhas** de fomento ao Turismo, de combate ao mercado ilegal, à violência contra



a mulher e ao trabalho infantil, entre outras.

**Atuação na pandemia** > reforço no combate à Covid-19, conquista de pleitos para empresas do comércio e distribuição de mais de 75 toneladas de alimentos.

Tudo isso para fazer **um Rio cada vez melhor**, reafirmando o compromisso da **Fecomércio RJ** como **o maior agente de transformação social do estado**.

**Fecomércio RJ**

**CNC Sesc Senac**

Sindicatos | IFec | IFeS



**Presidente do Conselho Editorial**

Arnoldo Wald Filho

**Conselheiros**

Mario Garnero e Elmano Nigri

**Publisher e Editor**

Agostinho Turbian

**Vice-Presidente de Marketing e Inteligência Digital**

Tathiana Turbian

**Editora-chefe**

Bruna Lencioni

**Editor-adjunto**

Gilberto da Silva

**Direção de Arte**

Purim Comunicação Visual

**THE WINNERS ECONOMY&LAW**

é uma publicação de responsabilidade do Grupo Innsbruck de Comunicação e Eventos

Os textos assinados pelos articulistas não refletem, necessariamente,  
a opinião da revista **THE WINNERS ECONOMY&LAW**

Atenção: pessoas não mencionadas em nosso expediente não têm autorização para fazer reportagens,  
vender anúncios ou pronunciar-se em nome da **THE WINNERS ECONOMY&LAW**

1001 Brickell Bay Drive Suite 2406 – Miami, FL 33131 | Tel: (305) 456 3752 | Fax (305) 456 6342

Imagem de capa: Klaus Silva **Imagens:** AdobeStock, Premium FreePik, DepositPhotos e Divulgação



Baixe um leitor de QR  
code em seu celular  
ou tablet, aponte o  
aparelho para esta  
imagem, escaneie e  
baixe o aplicativo.



[www.thewinners.com.br](http://www.thewinners.com.br)



**CEO**

Tathiana Hardt Souto Turbian

**Diretor de Mercado**

Gilberto da Silva

**Vice-Presidente Comercial**

Thiago Turbian | 11 971180996 | thiago@gcsm.com.br

**Departamento Comercial (publicidade, suplementos e edições especiais)**

Grupo Enzo Almeida

Av. Angélica, 688, conj. 704 - São Paulo - SP - Brasil - Atlanta Business Tower - 01228-000  
+55 11 3663.2242



**Se tem  
50 anos  
de história,  
Vibra.**

*A Vibra já nasce com experiência de quem tem 50 anos. E com a energia de quem está começando. Quem olha essa companhia nova, inquieta e cheia de planos pode imaginar todo o esforço e dedicação que nos trouxeram até aqui. Afinal, são 5 décadas de uma história que vibra. E temos orgulho de celebrar essa trajetória e agradecer a parceria genuína daqueles que estiveram conosco durante todo o caminho para chegarmos até aqui. Durante este tempo todo ajudamos a mover as pessoas, as empresas e o país como uma distribuidora de combustíveis, lubrificantes, com nossa rede de postos e lojas de conveniência. Agora, como uma empresa de energia, estamos prontos para muito mais. Que venham os próximos 50.*

**VIBRA**

Marcas comercializadas por Vibra:



PETROBRAS

LUBRAX

BRmaniac



AVIATION

KLAUS SILVA



## 18 RICARDO MAIR ANAFE

A Justiça paulista  
e a gestão de  
R\$ 71 bi em  
precatórios

**14** **EDITORIAL**  
Agostinho Turbiano

**16** **CARTA AO LEITOR**  
Bruna Lencioni

**30** **ARTIGO**  
Vicente Greco Filho

**32** **ARTIGO**  
Gabriela Espósito  
da Silva Ribeiro

**42** **ARTIGO**  
Ale Boiani

**50** **ARTIGO**  
Juan Jensen

**58** **ARTIGO**  
Bruna Centeno

**60** **CANNABIS**  
Um mercado bilionário  
em compasso de espera

**66** **ARTIGO**  
Lavinia Junqueira  
Centeno e Cristiane le

**68** **MERCADO  
DE TRABALHO**  
As melhores  
empresas para  
profissionais LGBTQI+

ADOBE STOCK



**34**  
**NEGÓCIOS**  
Inovação faz saltar  
aquisições e  
fusões no Brasil

PREMIUM FREPIK



**44**  
**INFLAÇÃO**  
Aumento de preços  
é sentido por  
71% da população

ADOBE STOCK



**52**  
**MERCADO  
IMOBILIÁRIO**  
Mais prédios  
nas cidades



accredito

Capital de Giro

Financiamento para Investimento Fixo

E muito mais opções para seus negócios



Simule em [www.accreditodigital.com.br](http://www.accreditodigital.com.br)  
ou baixe nosso aplicativo



DIVULGAÇÃO

**AGOSTINHO  
TURBLIAN**

Publisher

## Faz um Pix!

**É** fato que não se pode negar o também fato, de que o mundo vive um momento de turbulência, seja pelas milhões de mortes e estragos nas economias em razão da pandemia. O preço dos combustíveis aumentou exponencialmente em todos os países e, em alguns casos, como no Brasil, tem sido um dos vilões da inflação. A guerra despropositada que a Rússia iniciou, sem data e sem sentido algum, contra a Ucrânia, também arrasta países para baixo por causa da lei da oferta e da demanda do petróleo.

Mas é impossível viver tendo uma vida mental saudável se só olharmos para o copo meio vazio. Os problemas estão aí, mas inúmeras soluções também surgem quebrando paradigmas e auxiliando na construção de uma economia mais rápida. Afinal, dinheiro girando rápido é também sinônimo de desenvolvimento econômico.

Uma das ferramentas mais inovadoras dos últimos tempos, sem dúvidas, é o Pix. Nem seria possível elencar aqui, para não ser injusto,

quantas ferramentas tecnológicas estão aparecendo, a cada dia, com o objetivo de encurtar a distância para a efetivação de negócios. Mas o Pix não passa despercebido.

O Pix é um meio de pagamento instantâneo criado pelo Banco Central em que os recursos são transferidos entre contas em poucos segundos, a qualquer hora do dia. É prático e rápido. Sobre a segurança, é uma questão que vem sendo trabalhada deve ser vigiada e melhorada a cada dia.

Segundo o Banco Central, o Pix tem como finalidade alavancar a competitividade e a eficiência do mercado, baixar o custo, aumentar a segurança e aprimorar a experiência dos clientes, incentivar a eletrônica do mercado de pagamentos de

varejo, promover a inclusão financeira e preencher uma série de lacunas existentes na cesta de instrumentos de pagamentos disponíveis atualmente à população. Quando a tecnologia ajuda o varejo, o dinheiro circula mais rápido. É simples.

Prova disso é que o sistema de pagamentos Pix bateu seu recorde de transações em um único dia às vésperas do Dia das Mães, segundo o Banco Central. Neste dia, foram feitas no dia 73.198.432 operações. E outro número batido foi o total de valores diários movimentados: R\$ 42,1 bilhões.

Seria o fim dos DOCs e TEDs? É possível dizer que a tecnologia é um caminho sem volta e que desmonta cada vez mais tradições bancárias. São mais de 380 milhões de chaves Pix cadastradas e cerca de 70% da população fazem uso do sistema.

Em novembro do ano passado, o Banco Central lançou o Pix Saque e o Pix Troco, modalidades que permitem que usuários realizem saques de dinheiro em espécie em estabelecimentos comerciais. O que será que vem pela frente? Faz um Pix! **PI**



ADOBE STOCK



# Adequar é necessário. Proteger é essencial.

O compromisso com a governança de dados não é só seu. **É nosso!**

Desde o mapeamento de dados e identificação dos riscos até a mudança de cultura, conte com as nossas expertises e soluções customizadas de acordo com a estrutura da sua empresa.



**Go  
Beyond**



Audit | Tax | Advisory



**BRUNA  
LENCIONI**

Editora-chefe

## Incongruência para todos verem

**D**iariamente minha caixa de e-mails é bombardeada por informações que chegam das assessorias de imprensa. São notícias boas que surgem dos contratantes dessas agências de comunicação. São, em regra, das áreas de negócios, serviços e tecnologia. É impressionante o volume de negócios que o Brasil é capaz de gerar. É igualmente impressionante ver tantos empresários investindo em startups que hoje são projetos, mas que amanhã podem virar um Ifood.

Da mesma forma que é empolgante observar tanta gente fazendo negócios, nas ruas é visível o crescimento de novos prédios na cidade de São Paulo – realidade que se estende a outras regiões do Brasil. A selva de pedras está crescendo e o setor diz que ainda há um grande déficit habitacional no país, o que explica a aposta de incorporadoras em mais construções. O mercado imobiliário está aquecido, assim como o mercado de startups, fintechs, healtechs e outras techs que não param

de surgir. Evoluir a tecnologia é uma obrigação que todo país que quer se desenvolver precisa cumprir. O Brasil está fazendo sua parte.

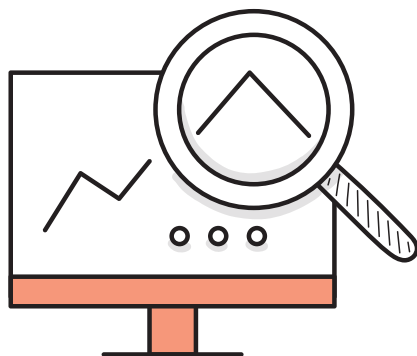
Dados que esta edição da Economy&Law traz sobre as fusões e aquisições, além dos investimentos em private equity, evidenciam que há bastante dinheiro em circulação, porém de forma concentrada. São apostas por novos negócios e no incremento a negócios em expansão.

É preciso dizer, porém, que por outro lado, a pandemia deixou a terra arrasada. O que é necessário ao país é a geração de renda através de emprego, obras de infraestrutura, por exemplo. Mas os

mais pobres estão fora do jogo. É evidente. Basta sair pela cidade e observar que não para de crescer o número de famílias que nem um aluguel conseguem pagar. A renda está corroída pela inflação.

Não faz sentido um país que promova tantos negócios e gere tanta riqueza não consiga tirar essas pessoas da rua. E que deixe sua população passar fome. Diariamente os veículos de comunicação dos mais diversos relatam pesquisas de mercado sobre a questão inflacionária, que está achatando a classe média e deixando os pobres numa situação de penumbra sem fim. Essas eleições serão, mais do que nunca, sobre fome. Afinal, o país tem mais pobres do que ricos e são esses que vão definir o futuro do Brasil.

Nesta edição, a Economy&Law também traz uma entrevista com o presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP), Ricardo Mair Anafe, que explica como está gerindo os R\$ 71 bilhões em precatórios e lança campanha que visa zerá-los no Estado. **B.L.**





## CONFIRA AS EDIÇÕES DA ECONOMY&LAW RED PAGES

no aplicativo da The Winners Prime Leaders Magazine  
(Apple Store para IOS e Google Play para Android)





KLÁUS SILVA

# A Justiça paulista e a gestão de R\$ 71 bi em precatórios

**A**lém das obrigações ordinárias, os Tribunais de Justiça do país são responsáveis por organizar as filas dos precatórios devidos pelo estado, municípios e autarquias que estão sob sua jurisdição. No Estado de São Paulo, segundo o presidente do Tribunal de Justiça (TJ-SP), Ricardo Mair Anafe, em maio o número de precatórios era de cerca de 225 mil, que significam em valores R\$ 71 bilhões. São débitos a serem pagos pelo poder público a um cidadão ou empresa por determinação judicial.

O papel dos tribunais é organizar e gerenciar as filas dos precatórios e as entidades devedoras (estado, municípios e autarquias) depositam os valores em conta judicial.

Anafe criou em março a campanha Precatórios: Prioridade Má-

xima TJ-SP, que tem como finalidade acelerar e zerar a fila dos pagamentos, além de manter a população informada.

Segundo a assessoria de imprensa do TJ, muitas informações já são disponibilizadas na página [www.tjsp.jus.br/precatórios](http://www.tjsp.jus.br/precatórios), mas o objetivo é simplificar a linguagem, descomplicando o assunto para que todos possam compreender as etapas processuais, além de levar ao conhecimento da população o trabalho realizado pelo Tribunal paulista.

O projeto também marca o lançamento do LinkedIn do TJ-SP ([www.linkedin.com/company/tjesp/](http://www.linkedin.com/company/tjesp/)), que além de informações sobre os precatórios também contará com notícias, vídeos e serviços do Tribunal.

Em entrevista à Economy&Law, Ricardo Mair Anafe, fala sobre Justi-

ça, a gestão dos precatórios e outros temas relacionados ao Poder Judiciário, como a criação de varas regionais empresariais para condução de processos sobre recuperação judicial, por exemplo.

**ANAFE CRIOU A CAMPANHA PRECATÓRIOS: PRIORIDADE MÁXIMA TJ-SP, QUE TEM COMO FINALIDADE ZERAR A FILA DOS PAGAMENTOS, ALÉM DE MANTER A POPULAÇÃO INFORMADA**

## O que são precatórios? Entenda de um jeito simples

Precatórios são valores devidos pelo poder público a um cidadão ou empresa por determinação judicial. Da distribuição do processo até o pagamento do precatório há algumas etapas exigidas por lei.

O processo tem uma decisão na primeira instância, a sentença, mas as partes podem recorrer. Quando se esgotam as possibilidades de recurso e o caso é concluído, se a dívida apurada for maior que o limite

considerado como pequeno valor pela entidade devedora, ela vira um precatório. Por exemplo, para a Fazenda Estadual de São Paulo esse limite é R\$ 14.073,67. Acima disso, a dívida vira um precatório.

Nas ordens de pequeno valor o juízo do processo expede um ofício requisitório para a devedora, que tem prazo de até 60 dias para efetuar o pagamento. Já nas dívidas mais altas, ele informa a decisão do precatório para a presidência do Tribunal e o presidente expede ofí-

cio requisitório aos órgãos públicos devedores, anualmente, comunicando os processos e valores que precisam ser inseridos no orçamento do ano seguinte.

Cada credor recebe um número de precatório e entra na fila de pagamento, de acordo com a ordem cronológica e a natureza do caso. Primeiro são pagas as prioridades: pessoas com mais de 60 anos, com doenças graves ou com deficiência. As prioridades podem receber até um determinado valor, que também varia de acordo com o órgão devedor – no caso da Fazenda Estadual é até R\$ 70.368,34. Se o precatório for superior, a diferença é quitada posteriormente, obedecendo a lista da ordem cronológica.

Em seguida são pagos os precatórios alimentares, decorrentes, por exemplo, de salários e benefícios previdenciários. Depois os não alimentares, que tratam de outros temas, como desapropriações e tributos.

As entidades devedoras depositam os valores em uma conta e a Diretoria de Execuções de Precatórios e Cálculos do Tribunal de Justiça (Depre) gerencia as filas e libera os pagamentos. Por fim, é expedido alvará de levantamento para que o dinheiro seja sacado.

Os credores também têm a possibilidade de fazer acordos com os órgãos públicos, que pagam o precatório antecipadamente, com alguma desvalorização. (Fonte: Tribunal de Justiça de São Paulo)

ADOBE STOCK





## Ricardo Mair Anafe

**The Winners Economy & Law – São Paulo é o Estado mais populoso do Brasil, com o maior Produto Interno Bruto (PIB), a maior corte e com o melhor aproveitamento no Judiciário, segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Ainda assim, há uma queixa permanente de que a Justiça é morosa. Até que ponto isso é verdade?**

Ricardo Mair Anafe – São Paulo é o estado mais populoso da Federação, ostentando o maior PIB, bem como o maior Tribunal e o melhor aproveitamento do Judiciário. Não queremos ser reconhecidos como a maior corte

e sim como a mais eficiente. Sem desmerecer a produtividade dos demais Tribunais, tudo se maximiza. Temos o maior número de processos do país, considerada a integralidade do sistema de Justiça nacional, representando cerca de 27% da movimentação processual de todo país. São mi-

lhões e milhões de processos, daí porque temos mais magistrados e mais servidores e nessas circunstâncias mais problemas a serem dirimidos no dia a dia forense. A queixa da Justiça morosa – e falo pelo Tribunal de Justiça de São Paulo – diminui exponencialmente quando se trata da opinião de pessoas que têm contato com os ritos processuais e que prezam pela Justiça eficiente (binômio celeridade/qualidade). No Judiciário, a rapidez nem sempre significa eficácia. Temos a necessidade de cumprir passo a passo as etapas inerentes a cada ação protocolada. No ano passado, a Associação Paulista de Magistrados (Apamagis) realizou a pesquisa “JusBarômetro: A visão da sociedade sobre a Justiça” e o resultado mostrou que a maioria da população confia no Judiciário de São Paulo e nas instituições que compõem o sistema de Justiça no âmbito estadual. O resultado completo da pesquisa pode ser acessado no site da Apamagis. O indicativo extremamente positivo serve de supedâneo para o Tribunal continuar a desenvolver o melhor trabalho, mais eficiente a fim de conquistar a confiança de todos os jurisdicionados, desenvolvendo os melhores esforços na esfera jurisdicional, assim

**“ NÃO QUEREMOS SER RECONHECIDOS COMO A MAIOR CORTE E SIM COMO A MAIS EFICIENTE. SEM DESMERECEER A PRODUTIVIDADE DOS DEMAIS TRIBUNAIS, TUDO SE MAXIMIZA ”**



como na administrativa. Focados na produtividade e na eficiência vamos conseguir chegar, cada vez mais, próximos de uma Justiça ágil e segura.

**TWE&L – Um dos grandes problemas que o país enfrenta está relacionado a precatórios. São bilhões na esfera federal. Na esfera estadual qual é a quantia hoje devida pelo governo e autarquias?**

**RMA –** Há cerca de 225 mil precatórios pendentes de pagamento (dados de maio), que somam aproximadamente R\$ 71 bilhões. Esses números compreendem dívidas de 949 entes públicos de São Paulo.

**TWE&L – Os precatórios são uma prioridade em sua gestão, como já foi divulgado. Como funciona a atuação do senhor para tentar acelerar os pagamentos, visto que as quitações propriamente são de responsabilidade do governo, que nem sempre tem dinheiro para cumprir com a obrigação?**

**RMA –** Os Tribunais estaduais são responsáveis pela gestão dos precatórios devidos pelo estado, municípios e autarquias que estão sob sua jurisdição. No TJ-SP, conferimos prioridade máxima aos projetos da área, para que os valores pagos pelas entidades devedoras cheguem cada vez mais rápido aos credores. A Diretoria de Execuções de Precatórios e Cálculos do Tribunal (Depre) é o setor responsável por gerenciar os pagamentos e as filas. Quando chega o momento da quitação do precatório ela repassa o valor

**JÁ DIGITALIZAMOS OS PRECATÓRIOS MAIS ANTIGOS E FIZEMOS UMA SÉRIE DE MUDANÇAS NA UPEFAZ, COMO, POR EXEMPLO, O USO DE ROBÔS PARA AUTOMATIZAÇÃO DE TAREFAS REPETITIVAS, REORGANIZAÇÃO DOS FLUXOS DE TRABALHO DO SETOR E EXPEDIÇÃO AUTOMÁTICA DE ALGUNS OFÍCIOS**



para uma conta do juízo de execução (vara de origem do processo) ou, na capital, para a Unidade de Processamento de Execução Contra a Fazenda (Upefaz), que expedem os Mandados de Levantamento – documento que viabiliza o saque. Com o “Precatórios: Prioridade Máxima TJ-SP”, os mandados serão expedidos diretamente pela Depre. Já digitalizamos os precatórios mais antigos e fizemos uma série de mudanças na Upefaz, como, por exemplo, o uso de robôs para automatização de tarefas repetitivas, reorganização dos fluxos de trabalho do setor e expedição automática de alguns ofícios.

**TWE&L – A situação já foi pior? Conte um pouco sobre a evolução do tema dos precatórios.**

**RMA –** A questão dos precatórios é complexa e, conseqüentemente, demanda atenção constante. Em razão disso, surgiu o projeto “Precatórios: Prioridade Máxima TJ-SP”.

**TWE&L – O Órgão Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo aprovou, em junho, a criação da 1ª e da 2ª Varas Regionais Empresariais e de Conflitos Relacionados à Arbitragem, com competência na 4ª e na 10ª Regiões Administrativas Judiciárias (RAJ). Como vai funcionar e qual a previsão para que comece a funcionar?**

**RMA –** De acordo com Resolução 868/22, as Varas Empresariais e de Conflitos relacionados à Arbitragem das 4ª e 10ª Regiões Administrativas Judiciárias terão competência para as ações principais, acessórias e conexas, relativas à matéria prevista no Livro II, Parte Especial do Código Civil (art. 966 a 1.195) e na Lei nº 6.404/1976 (sociedades anônimas), bem como a propriedade industrial e concorrência desleal, tratadas especialmente na Lei nº 9.279/1996, a franquias (Lei nº 8.955/1994), as falências, recuperações judiciais e extrajudiciais, principais, acessórias e seus incidentes, disciplinados pela Lei nº 11.101/2005, incluídas as ações penais (artigo 15 da Lei Estadual nº 3.947/83), assim como as ações decorrentes da Lei de Arbitragem (Lei nº 9.307/1996), e, ainda, para as ações principais, acessórias e conexas relativas à matéria prevista nos artigos 13 a 24 da Lei nº 14.193/2021. Campinas e Sorocaba são regiões que demandam atenção especial nessa área em razão do grande número de empresas que abrigam. Os estudos para a criação das varas constatarem que a distribuição média anual de feitos relativos à competência de falências, recuperações

judiciais, recuperações extrajudiciais, ações empresariais e conflitos relacionados à arbitragem na 4ª RAJ – Campinas não alcançava o número mínimo para a instalação de duas Varas Regionais (3.6 mil/1.8 mil por vara), mas, de outro lado, era bastante elevada para uma única vara dessa matéria, e a 10ª RAJ – Sorocaba não atingia a distribuição anual média mínima de 1.8 mil feitos para a instalação da Vara Regional. No Tribunal de Justiça de São Paulo, os critérios para a instalação de varas são inexoravelmente objetivos e estamos inovando, já que as duas regiões, além da conexão geográfica, possuem perfil demográfico e socioeconômico semelhante

e importante identidade de atividades econômico-empresariais. O agrupamento, autorizado por lei, foi a melhor alternativa para a extensão da especialização da competência, levando os ganhos de prestação jurisdicional nessa área para toda a população paulista. As varas serão instaladas, uma por vez, depois que os concursos de escreventes técnicos judiciários, em andamento em ambas as RAJs, terminarem. Precisamos nomear esses servidores para que essa nova realidade atinja a 4ª e a 10ª RAJs.

**TWE&L – Que tipo de repercussão se espera com a criação das duas varas empresariais?**

**RMA – Segurança jurídica.** Essas duas palavras se unem para um conceito primordial no ambiente de negócios. A especialização e a tecnologia contribuem em muito com a economia do país. O Judiciário deve – e tem que – se renovar a todo o tempo para acompanhar a evolução da sociedade. Na área empresarial, a segurança jurídica é uma das peças-chave para o ambiente de negócios. Cabe, portanto, ao Judiciário prover segurança às relações, ou seja, dar a elas a previsibilidade e a estabilidade necessárias.

**TWE&L – Cada vez mais o Brasil tem ganhado escritórios que trabalham com a resolução de**

PAULO SANTANA





ADOBE STOCK

**conflitos por meio da mediação e arbitragem. O senhor observa algum impacto direto no volume de processos devido à existência cada dia maior desse tipo de especialista mediador?**

**RMA** – Os institutos da mediação, da conciliação e da arbitragem, na solução dos conflitos, são mecanismos cada vez mais usados e já que falávamos de assuntos relacionados à área empresarial, cito uma experiência inédita e exitosa em São Paulo. A pandemia de covid-19 refletiu diretamente na economia e

na atividade empresarial de São Paulo e, para atenuar os impactos da crise e oferecer uma alternativa para a solução de conflitos, a Corregedoria Geral da Justiça criou dois projetos-piloto de mediação pré-processual, com sessões virtuais, pela plataforma Teams, para questões empresariais na Grande São Paulo. Um voltado para demandas de competência das varas de Direito Empresarial; outro, para demandas da área de Falências e Recuperações Judiciais – ambos com o objetivo de diálogo entre as partes, na busca

por um acordo antes do ajuizamento de uma ação. Nos projetos, regulamentados pelo Provimento CG 11/20, a conciliação e a mediação pré-processuais para disputas empresariais são destinadas a empresários e sociedades empresariais, nos termos do artigo 966 do Código Civil, e demais agentes econômicos, desde que envolvidos em negócios jurídicos relacionados à produção e circulação de bens e serviços. Já o Provimento CG nº 19/20, destinado a empresários e sociedades empresariais, incluindo as individuais,



de micro, pequeno e médio portes (MEI, ME e EPP) visou o apoio à renegociação de obrigações na área de falências e recuperações judiciais, decorrentes dos efeitos da covid-19. Mas, de forma geral, o Código de Processo Civil de 2015 atribuiu grande prestígio à conciliação e à mediação submetendo, em regra, obrigatoriamente, as partes à audiência prévia de conciliação/mediação.

**TWE&L – Os advogados dizem que o brasileiro tem o hábito de acionar a Justiça, não resolvendo muitos dos conflitos que poderiam resolver fora do âmbito judicial. O senhor concorda que isso seja cultural? Como mudar isso?**

**RMA** – A questão não é só cultural, é constitucional e infraconstitucional. A Constituição da República de 1988 abriu um leque extenso de direitos, dentre eles o que mais importa instituiu o Princípio Constitucional de Acesso à Justiça, também chamado de Princípio da Inafastabilidade da Jurisdição ou Direito de Ação. Seu artigo 5º, inciso XXXV, dispõe que “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário, lesão ou ameaças de direito”. Todos os cidadãos, sem nenhuma distinção, podem acessar a Justiça para requerer a tutela jurisdicional relativa ao direito lesado. Esse princípio, absolutamente louvável e desejável pelo Poder Judiciário teve como consequência o aumento do número de ações judiciais, o que foi potencializado com a nova legislação do direito do consumidor, com inversão do ônus da prova e outras tantas normas que facilita-

**O TRABALHO PRESENCIAL E O REMOTO FORAM REGRADOS PELA RESOLUÇÃO NO 850/21, MODALIDADE QUE GERA ECONOMIA E MANTÉM A PRODUTIVIDADE NO JUDICIÁRIO. COM ESSA MEDIDA INOVADORA ESTAMOS PERENIZANDO OS GANHOS COM ECONOMIA DE RECURSOS PÚBLICOS, ASSIM COMO MELHOR E CÉLERE PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL**



ram a defesa e a busca de direitos. A Lei 13.140, de 2015, que dispôs sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública, normatizou os Centros Judiciários de Solução Consensual de Conflitos (Cejuscs), responsáveis pela realização ou gestão de sessões e audiências de conciliação e mediação, sem prejuízo de outros métodos consensuais, bem como pelo atendimento e orientação dos cidadãos.

**TWE&L – A pandemia trouxe muitas perdas e desafios para a sociedade de modo geral. Para o Poder Judiciário, a impressão é que a pandemia acelerou processos que até então eram vistos com ceticismo por muitos magistrados, como as audiências virtuais. As audiências são obrigatoriamente virtuais ou o juiz competente pode requerer a presença dos envolvidos em uma causa?**

**RMA** – Realmente a pandemia trouxe muitas perdas e imensos desafios para todos. No Judiciário – não obstante o distanciamento de pessoas queridas e competentes que o vírus nos impôs, e as perdas irreparáveis de magistrados e servidores nesse período, e que muito nos fez sofrer – nos aspectos jurisdiccional e administrativo houve uma verdadeira revolução tecnológica e conceitual que, em muito, beneficiou os que se socorrem do sistema judicial. No início da pandemia, em dez dias, todos os magistrados e servidores do Poder Judiciário paulista estavam em suas casas – protegidos e protegendo seus familiares – trabalhando incansavelmente. Assim foi durante todo o tempo em que o isolamento foi necessário. Com o teletrabalho, advieram as audiências virtuais, sessões de julgamento telepresenciais, atendimento de advogados pelo sistema telepresencial, assim como inúmeros cursos à distância, utilizados em larga escala. Essa modalidade, seja para os atos processuais, seja para o ensino a distância, veio para ficar. Abraçamos as experiências exitosas da pandemia e vamos continuar a utilizá-las. Em São Paulo estamos trabalhando no sistema híbrido. O que pode ser virtual é resolvido com o auxílio da tecnologia. O trabalho presencial e o remoto foram regrados pela Resolução nº 850/21, modalidade que gera economia e mantém a produtividade no Judiciário. Com essa medida inovadora estamos perenizando os ganhos com economia de recursos públicos, assim como

melhor e célere prestação jurisdicional. Toda crise, como tudo na vida, abre oportunidades, oportunidades essas que foram abraçadas pelo Judiciário Bandeirante a fim de garantir a continuidade dos trabalhos do poder do Estado, com o aprimoramento contínuo.

**TWE&L – Na área criminal, é sabido que houve uma economia na área de segurança por conta das escoltas de presos, não mais necessárias. E não há mais riscos de fugas e riscos a terceiros. Por que isso demorou tanto tempo para acontecer?**

**RMA** – A apresentação dos presos em audiências implicava não só risco de fugas como também envolvia situações de insegurança para as pessoas que frequentam os prédios dos fóruns e para aquelas que transitavam concomitantemente nas rodovias; restringia o número de policiais militares nas ruas, já que estavam nas escoltas dos presos; gerava grandes gastos ao erário e fazia com que o preso passasse por situações de desconforto, sono e fome, até o dia em que fazia o trajeto de volta para a unidade prisional. No início de 2020, quando assumi

a Corregedoria Geral da Justiça, foi montado um projeto-piloto para ser implantado na Comarca de Campinas. Com a pandemia, o que era para ser projeto-piloto se transformou em programa para todo o Estado de São Paulo. Em trabalho conjunto com o Poder Executivo, por intermédio da Secretaria da Administração Penitenciária e da Secretaria da Segurança Pública, conseguimos acabar com o traslado dos presos. Quanto à pergunta: ‘por que isso demorou tanto para acontecer?’ Respondo em poucas palavras: foi necessária a junção do desenvolvimento tecnológico, a necessidade premente e a vontade política dos envolvidos. As informações do governo do Estado dão conta de que a economia para os cofres públicos é de R\$ 70 milhões/ano.

**TWE&L – Agora com o maior controle da covid-19, é possível que isso retroceda ou é um caminho sem volta?**

**RMA** – Não haverá retrocesso.

**TWE&L – O senhor acredita que seria parte da evolução da Justiça brasileira fazer alterações**

**mais significativas no Código Penal e no Código Civil? Quais seriam as mais importantes?**

**RMA** – As alterações legislativas em todas as áreas do Direito são necessárias e devem acompanhar o dinamismo socioeconômico e cultural. O Código Civil foi sancionado em janeiro de 2002 (Lei 10.406) e entrou em vigor um ano após, substituindo o Código anterior, de 1916. Desde 2003, o Código Civil já foi alterado por diversas outras normas, segundo estatística do portal normas.leg.br, mesmo assim é motivo de debates constantes buscando o seu aprimoramento. Já o último – e atual – Código Penal Brasileiro é de 1940 (ele entrou em vigor juntamente com o Código de Processo Penal e a Lei de Contravenções Penais) sofreu reforma na parte geral (aquela que estabelece regras e princípios para aplicação do Direito Penal) em 1984. Apesar de o CP ser antigo, a Lei nº 13.964/19, em vigência desde 23 de janeiro de 2020, fortaleceu a legislação penal e processual penal, e trouxe grandes mudanças à persecução penal no ordenamento jurídico brasileiro, com alteração de artigos, sistemáticas, e atualização das leis penais.

**TWE&L – Quando se olha para trás, 20, 30 anos atrás, que tipo de Judiciário em SP o senhor enxerga e que evoluções foram possíveis se fazer?**

**RMA** – Quando retrocedemos no tempo vemos a importância que a dedicação ao trabalho e o amor à magistratura trouxeram e ainda trazem para o Judiciário.

“ **AS INFORMAÇÕES DO GOVERNO DO ESTADO DÃO CONTA DE QUE A ECONOMIA PARA OS COFRES PÚBLICOS É DE R\$ 70 MILHÕES/ANO [SOBRE O FIM DAS ESCOLTAS DE PRESOS PARA AUDIÊNCIAS]** ”

The  
**WINNERS**



**CONFIRA AS EDIÇÕES DA THE WINNERS**  
nas principais bancas digitais



rio. São magistrados e servidores que se esmeram para que o cidadão tenha acesso à Justiça. A evolução tecnológica em muito contribuiu para um Judiciário mais célere e eficiente, mas temos que atrelar sempre amor à causa para prover a população com a melhor jurisdição na maior brevidade possível.

## **TWE&L – E quando o senhor olha para 2032?**

**RMA** – Espero que o trabalho atual possa contribuir para dar suporte à realização de melhorias funcionais e estruturais necessárias para uma Justiça eficiente. A nova realidade do trabalho híbrido – presencial e teletrabalho – permitirá remodelar o serviço judiciário em 1º grau, com o enxugamento dos espaços destinados às serventias e a adoção de estratégias mais econômicas, como o compartilhamento de salas de audiência e de outras estruturas. A ampla difusão do processo eletrônico, associada à realização de audiências telepresenciais, indicam a viabilidade, também, de extinguir algumas Comarcas de reduzida movimentação, sem prejuízo significativo do acesso à Justiça por parte da população desses locais. Também pretendemos expandir as Unidades de Processamento Judicial (UPJs), também conhecidas como “cartórios do futuro”, na Capital e no Interior. No biênio passado, como corregedor-geral da Justiça, pude certificar-me de que o modelo traz ganhos de produtividade, reduz a disparidade entre as varas e permite que o magistrado se dedique

exclusivamente à atividade decisória, com reforço no quadro funcional de seu gabinete.

## **TWE&L – A Justiça é para todos?**

**RMA** – Sim, a Justiça é para todos e para que ela tenha esse alcance é que lutamos pela autonomia administrativa dos Tribunais de Justiça Estaduais, que têm a Justiça mais próxima do cidadão, em especial considerando que aproximadamente 60% dos processos que tramitam no Poder Judiciário, em especial, de São Paulo, são absolutamente gratuitos.

## **TWE&L – Uma pessoa que lhe inspire.**

**RMA** – Uma não, duas: meu pai Mair Anafe e minha mãe Emília de Souza Anafe.



KLAUS SILVA

## **TWE&L – Qual é o seu maior desafio dentro do TJ-SP no dia a dia?**

**RMA** – O desafio não é só meu, é de todo o Judiciário, de todos os servidores e de todos os magistrados, do juiz substituto ao presidente do Tribunal, porquanto o que nos impulsiona, e falo por todos, é elevar o Tribunal de Justiça de São Paulo a um patamar cada vez mais elevado na distribuição de uma Justiça eficiente, e, como tal, granjeando a credibilidade de todos na certeza, na integridade e firmeza de nossas decisões.

## **TWE&L – Que legado o senhor pretende deixar?**

**RMA** – O legado do dever cumprido, do amor ao Poder Judiciário e da eficiência da Justiça. **TWE**

# Gestão de resultados com mais arrecadação e menos sonegação



## GissOnline

É a única solução pronta para aumentar a arrecadação do ISSQN dos municípios atendidos, é completamente integrada com a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) padrão nacional e usa inteligência artificial para aprender o comportamento dos contribuintes e realizar a gestão tributária de todas as atividades econômicas. Tudo isso pode ser realizado por aplicativos ou via plataforma web.

Conte com a inteligência da GissOnline para incrementar a arrecadação, diminuir a sonegação e ter mais resultados em sua gestão.





## VICENTE GRECO FILHO

Jurista, advogado sócio  
coordenador da Greco Filho  
Sociedade de Advogados

## ARTIGO

# Confronto: intimidade e informação

O difícil equilíbrio entre a privacidade, o direito à informação e o uso de dados pessoais, técnicos, empresariais, de comunicação ou outros talvez represente um dos maiores desafios da atualidade e dos tempos futuros. Há que se enfrentar questões no plano fático conceitual e no plano jurídico. No plano fático, a variedade quase infinita de situações e a fluidez ou indeterminação dos conceitos. A começar pelo de intimidade ou privacidade. É costume entendê-la como o direito do indivíduo de não deixar que certos aspectos de sua vida cheguem ao conhecimento de terceiros. Ou, o direito de excluir de terceiros o que não se deseja tornar público.

“

**NO PLANO JURÍDICO, É GRANDE O NÚMEROS DE DISPOSIÇÕES LEGAIS ENFRENTANDO A QUESTÃO EM DUAS VERTENTES A PARTIR DA GARANTIA CONSTITUCIONAL DA INTIMIDADE E VIDA PRIVADA EM CONFRONTO COM DIVERSOS OUTROS BENS JURÍDICOS DE INTERESSE PÚBLICO**

”

Nada mais vago e indefinido. A “vaguidad”, como disse Gennaro Carrió, a zona de penumbra, é imensa, mesmo porque o âmbito da intimidade depende de um componente subjetivo individual: é evidente que as pessoas públicas o têm diminuído.

No plano jurídico, é grande o números de disposições legais enfrentando a questão em duas vertentes a partir da garantia constitucional da intimidade e vida privada em confronto com diversos outros bens jurídicos de interesse público: uma a que estabelece determinadas áreas de proteção e autoriza as exceções, como, por exemplo as leis de sigilo bancário, sigilo fiscal, a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), que definiu dados pessoais, dados sensíveis, e

outros, e as próprias disposições processuais do segredo de Justiça; outra é a da instituição de infração penal para o caso da violação de determinados aspectos da intimidade, como o crime de invasão de domicílio, o de interceptação telefônica, o de violação do sigilo profissional, também autorizando casos de não incidência.

Existe anteprojeto que incrimina condutas específicas de violação da LGPD. Por outro lado,

em virtude da exigência democrática de transparência nos serviços públicos, consubstanciada na Lei de Acesso à Informação, a existência de publicidade obrigatória de certas atividades, como, por exemplo, a de processos instaurados contra alguém, a sua folha de antecedentes dentro de certos limites ou o registro de bens dos devedores, deixa-se de proteger a possível intimidade para dar prevalência ao interesse público.

O fato é que, em cada situação, algumas certamente imprevisíveis, especialmente nesta era da informática e inteligência artificial haverá necessidade de superar o conflito de diversos diplomas legais, conflito esse aparente porque o comando estabelecido pela ordem jurídica é sempre inequívoco, cabendo ao intérprete e aplicador o deslinde da perplexidade que tantas normas convergentes parecem trazer. **Isai**

ADOBESTOCK





**GABRIELA  
ESPÓSITO DA  
SILVA RIBEIRO**

DASA Advogados

## ARTIGO

# A voz do credor na recuperação judicial

O processo de recuperação judicial, regido pela Lei 11.101/05, diz respeito, em síntese, a possibilidade de a empresa em dificuldade financeira formalizar uma nova proposta de pagamento de seus créditos, visando alcançar o soerguimento, retomando, assim, de forma saudável, suas atividades.

Em outras palavras, o foco da recuperação judicial é auxiliar a empresa, que esteja dentro dos parâmetros delimitados em lei, a manter sua atividade empresarial, com apoio e encorajamento ao empreendimento, e a finalidade de uma empresa, qual seja, a geração de empregos, fomento da economia, geração de tributos, entre outros aspectos.

E se temos uma devedora, por certo existem credores nessa relação. E fazendo parte dessa equação, de que maneira os credores participam efetivamente do processo de recuperação judicial?

Não se equivoca quem pensa que a recuperação judicial também está à disposição dos credores para atendê-los, uma vez que são os credores quem serão alvo do chamado plano de recuperação judicial, onde constará a forma de pagamento dos créditos, incluindo carência, deságio e atualização do crédito.

Ao passo que a empresa tem liberdade para propor formas de pagamento do passivo que possui, sujeito à recuperação judicial, a liberdade maior é dos credores, que podem decidir concordar ou não com o que é proposto.

“

**AO PASSO QUE A EMPRESA TEM LIBERDADE PARA PROPOR FORMAS DE PAGAMENTO DO PASSIVO QUE POSSUI, SUJEITO À RECUPERAÇÃO JUDICIAL, A LIBERDADE MAIOR É DOS CREDITORES, QUE PODEM DECIDIR CONCORDAR OU NÃO COM O QUE É PROPOSTO**

”

Nos termos do artigo 35, alíneas “a” e “f”, da Lei 11.101/05, fica evidente a força que os credores possuem em assembleia geral de credores, um dos momentos mais importantes para a recuperação judicial, quando os credores decidem se aprovam ou não a proposta de pagamento da empresa recuperanda, com extrema liberdade para aprovar, rejeitar ou modificar a proposta, e, inclusive falar sobre quaisquer outros temas de seu interesse.

As manifestações dos credores ficam registradas em ata de assembleia, não havendo dúvidas de que seus apelos são ouvidos para posteriores discussões nos autos, se necessário.

De certo que a empresa devedora depende dos credores para prosseguir com o processo e ter sua recuperação judicial concedida, e sem votação favorável a seu plano de recuperação judicial, em quórum específico previsto no artigo 45 da Lei 11.101/05, isso não ocorre.

Inclusive, em recente alteração à Lei 11.101/05, pela Lei 14.112/2020, os credores ganharam ainda mais força, com a possibilidade de desenhar um plano de recuperação judicial que lhes agrade, ao qual a empresa devedora terá que se submeter, caso o plano apresentado por ela não seja aprovado.

Ainda, mesmo que o momento de maior destaque e demonstração de poder dos credores seja a assembleia geral, fora dela, os credores têm voz e força.

É possível que o credor se manifeste nos autos do processo a qual-

PREMIUM FREEPIK



quer tempo no sentido de trazer ao conhecimento do juiz, do administrador judicial e dos demais credores, qualquer situação incômoda ou fora da lei, para averiguação, prestação de esclarecimentos e decisão.

Nessa linha, não há como não concordar que o credor tem voz em um processo de recuperação judicial. Voz, força e formas de atuação para garantia de seus interesses.

Todavia, o equilíbrio no uso dos poderes dos credores é necessário, para evitar prejuízos à coletividade, principalmente de maneira desnecessária, o que ocorre, por exemplo, quando um credor detém poder sobre os demais, em razão

do valor de seu crédito, e sobrepõe sua vontade de forma a impedir a aprovação de um plano.

O abuso do poder de voto, se caracterizado, não pode ser tolerado e demanda intervenção judicial, o que demonstra que a voz e poder dos credores não está impune à ilegalidades ou excessos.

Desta forma, não é impossível idealizar e vivenciar a cooperatividade em um processo de recuperação judicial, basta ambas as partes, devedor e credor, entenderem seus papéis, deveres e poderes dentro do que a lei determina, para a obtenção de um resultado satisfatório para todos. 



# Inovação faz saltar aquisições e fusões no Brasil

**O** setor de inovação e tecnologia está avançado no Brasil e o que comprova este movimento é o volume de aquisições e fusões realizados no país. São sinais positivos para uma economia que tem cole-

cionado dados alarmantes, como no índice de desemprego e inflação.

Dados compilados pela Santis, que é um escritório especializado em fusões e aquisições, o primeiro trimestre teve 438 operações e investimentos que totalizam R\$ 104,8 bilhões. O volume de fusões

e aquisições de empresas saltaram 20,7%, mas caíram 32,3% no valor em relação ao mesmo período do ano passado, segundo Felipe Arge-mi, sócio-fundador da Santis.

Informações sobre fusões e aquisições divulgadas pela KPMG com 43 setores da economia confir-



**COM TAXA DE JUROS AINDA BAIXAS NA MAIOR PARTE DO ANO PASSADO, E UMA ONDA DE IPOS (ONDE 46 EMPRESAS REALIZARAM R\$ 65,6 BILHÕES EM OFERTAS INICIAIS DE AÇÕES), HOUVE GRANDE LIQUIDEZ NO MERCADO E CAPITAL “BARATO” PARA AQUISIÇÕES**

mam que este mercado está aquecido. Segundo a companhia, no primeiro trimestre deste ano, o número dessas transações registrado soma 533 contra 375 negociadas no mesmo período de 2021, ou seja, um aumento de quase 50%.

A KPMG ainda informou que, com relação ao tipo de transações, do total realizado este ano, a maioria envolveu empresas domésticas (384), representando cerca de 69% do total de transações e com crescimento de 57%.

Os outros formatos de transação foram CB1 (empresa estrangeira adquirindo capital de empresa no Brasil) com 147, representando um crescimento de 27%, CB4 (empresa estrangeira adquirindo, de

estrangeiros, empresa estabelecida no Brasil) com 15 e CB2 (brasileiro adquirindo, de estrangeiros, capital de empresa estabelecida no exterior) com 7.

Segundo a Santis, o ano começou mais aquecido em termos de volume continuando o movimento recorde de 2021, que teve mais de 1.9 mil transações no valor de R\$ 732,8 bilhões, crescimento de 65,2% nas operações e de 110,6% nos investimentos em relação à 2020.

Com taxa de juros ainda baixas na maior parte do ano passado, e uma onda de IPOs (onde 46 empresas realizaram R\$ 65,6 bilhões em ofertas iniciais de ações), houve grande liquidez no mercado e capital “barato” para aquisições.

Mesmo assim, 2022 será mais cauteloso para investidores e compradores em busca de oportuni-



**Felipe Argemi, sócio-fundador da Santis**

des de consolidação. O mercado ainda tem bastante liquidez, porém será mais desafiador devido ao aumento da taxa de juros, que atingiu 13,25%, e devido a eleição presidencial, que gera incertezas. Além disso, nenhum IPO foi realizado no primeiro trimestre de 2022.

## Tec é tudo

A KPMG informou que os setores que mais fizeram transações foram as empresas de internet. Elas continuam liderando com 242, seguidas por tecnologia da informação com 83 e prestadoras de serviços com 35. Os outros segmentos que se destacaram foram instituições financeiras com 26, telecomunicação e mídia com 20, educação com 19, hospitais e clínicas com 16, seguros com 13 e transporte com 12. “A representatividade dos segmentos voltados para transformação digital (empresas de internet) e tecnologia da informação no total de transações foi de quase 60%, mantendo a tendência crescente dos vetores de tecnologia e inovação no contexto de fusões e aquisições de empresas brasileiras”, diz o sócio da KPMG, Luis Motta.

Para o setor de tecnologia, existe bastante investidor estrangeiro buscando oportunidades de investimento no Brasil, território onde existe muita inovação e potencial. “Os Estados Unidos são o país com maior número de startups, superando 70 mil; a Índia vem em segundo lugar com quase 13 mil startups; já o Brasil está na 10ª posição, com pouco mais de mil startups catalogadas pelo site Startup Ranking”, comenta Arge-  
mi, da Santis.

“Devido a forte depreciação da moeda durante a pandemia, os investidores estrangeiros perceberam que a mão de obra brasileira se tornou atrativa em relação ao custo de uma equipe ou empresa nos Estados Unidos e Europa, apesar da recente valorização do real. Além disso, temos um número crescente de unicórnios no país, reafirmando as possibilidades de investimento e o tamanho da oportunidade do mercado local. Nessa década o setor de tecnologia será destaque no Brasil e no Mundo”, afirma.

O setor da saúde também agitou o mercado, que viu grandes movimentos recentemente, como a fusão de Hapvida e GNDI e a associação de SulAmérica e Rede D’Or. Para Arge-  
mi, esses casos certamente trarão mais consolidação. Os maiores players verticalizados, que oferecem planos de saúde e possuem hospitais, clínicas, centros de

**A KPMG INFORMOU QUE OS SETORES QUE MAIS FIZERAM TRANSAÇÕES FORAM AS EMPRESAS DE INTERNET. ELAS CONTINUAM LIDERANDO COM 242, SEGUIDAS POR TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO COM 83 E PRESTADORAS DE SERVIÇOS COM 35**

diagnóstico e pronto atendimento, buscam oportunidades de sinergias, além de fortalecer suas carteiras de beneficiários.

## Educação em foco

O setor de educação registrou 19 operações de fusões e aquisições no primeiro trimestre de 2022, um aumento de 72,7% em comparação com o mesmo período do ano anterior, quando foram registradas 11, informou a KPMG. Segundo o conteúdo, dentre as operações dos três primeiros meses deste ano, 14 delas foram realizadas entre empresas brasileiras e outras cinco envolveram companhias estrangeiras, na modalidade CB1. “Esse crescimento no setor indica a retomada gradual das empresas de educação, que começou em 2021 com os avanços da vacinação no Brasil, porém com crescimento muito acelerado no primeiro trimestre de 2022. Outro ponto relevante é o aumento das operações envolvendo capital estrangeiro no trimestre indicando o potencial da educação brasileira frente às transações de fusões e aquisições”, analisa o sócio de educação da KPMG, Marcos Boscolo.

DIVULGAÇÃO



Luis Motta, sócio da KPMG



## Brasil está em 1 a cada 5 deals de unicórnios nos últimos 6 anos

O volume de Corporate Venture Capital (CVC) existentes no Brasil cresceu significativamente e deve continuar ganhando espaço e evoluindo nos próximos anos. É o que avalia um estudo realizado pela Bain & Company, por meio de seu braço de inovação, a Bain Innovation Exchange (BIE).

A pesquisa, que mapeou um total de 61 CVCs ativos no país, e

mais 13 em processo de desenvolvimento, identificou uma taxa de crescimento anual composta do número de fundos CVC na ordem de 30% nos últimos seis anos. “O número de CVCs no Brasil cresce rapidamente, especialmente em setores com muita interação com os consumidores, como é o caso de serviços financeiros, varejo e bens de consumo, sendo players que possuem diversos instrumentos de inovação”, avalia André

Fernandes, sócio da Bain e head Global do BIE.

O estudo do BIE analisou também que a atividade de CVCs no Brasil cresce de forma mais acelerada do que nos Estados Unidos: de 2015 a 2021, o crescimento no volume de investimentos dos CVCs brasileiros foi de 19% ao ano, contra um crescimento de 12% do montante destinado pelas organizações norte-americanas no mesmo período.



**André Fernandes, sócio da Bain e head Global do BIE**

Outro ponto observado na pesquisa foi a relevância da participação dos CVCs, que atuaram como investidores em 20% das rodadas em startups com status de unicórnios (com valor mínimo de mercado de US\$ 1 bilhão) ou que devem atingir esse estágio em breve (sooncorns) nos últimos seis anos. Entretanto, 70% dos investimentos apoiados pelos CVCs ainda são em estágio inicial, principalmente em series A.

Ainda assim, a pesquisa destaca que o espaço para desenvolvimento dessas iniciativas pelas grandes corporações brasileiras ainda é muito grande e deve ganhar maturidade. O peso relativo dos investimentos direcionados por CVCs sobre o PIB no Brasil é três vezes menor do que nos EUA, uma vez que o mercado americano ainda é referência nesse tipo de in-

vestimento de risco, além de possuir um setor de tecnologia mais maduro e capacitado.

Apesar do crescimento e interesse das organizações nessa modalidade de investimento, as organizações ainda estão aprendendo a lidar com os desafios inerentes a esse tipo de investimento e não aproveitam dos potenciais benefícios de estabelecer um fundo de capital de risco. Dentre os principais desafios estão:

- Falta de consistência na estratégia de CVC devido à falta de clareza em sua criação e no alinhamento interno, especialmente nos cargos de alta liderança
- Processos burocráticos matando lentamente negócios que estão na esteira de lançamentos. Por exemplo: solicitações de diligência inadequadas, tomada de decisão lenta, conflitos de interesse, termos de contrato irrealistas, etc.
- Competição acirrada por negócios em ambiente atual com alta liquidez
- Inexistência de mecanismos para aproveitar os aprendizados de um deal flow rico em inovações nos negócios principais da empresa

**NOS TRÊS PRIMEIROS MESES DESTA ANO, OS APORTES EM PRIVATE EQUITY FORAM DE R\$ 5,2 BILHÕES, ALTA DE 173%, COM DESTAQUE PARA OS INVESTIMENTOS NO SETOR FINANCEIRO**

## **A grande aposta em private equity**

Os aportes dos fundos de private equity e venture capital em empresas brasileiras alcançaram R\$ 11,6 bilhões no primeiro trimestre deste ano, valor 8,4% superior aos R\$ 10,7 bilhões investidos no mesmo período do ano passado. O crescimento foi impulsionado pelos recursos aplicados pelos fundos de private equity. Especialistas acreditam que a volatilidade do mercado de capitais tem levado investidores para o private equity. Os dados são de pesquisa realizada pela KPMG e a Associação Brasileira de Private Equity e Venture Capital (ABVCAP).

Nos três primeiros meses deste ano, os aportes em private equity foram de R\$ 5,2 bilhões, alta de 173%, com destaque para os investimentos no setor financeiro. Já em venture capital, o volume foi de R\$ 6,4 bilhões, uma queda de 27% em relação ao mesmo período de 2021.

“Os números indicam que os investimentos feitos pelos fundos de private equity voltaram a patamares relevantes. Já aqueles oriundos de venture capital, ainda que em menor valor do que o registrado no mesmo período de 2021, continuam altos. Ambos se solidificam como motores de investimentos e aquisições no mercado brasileiro”, afirma o sócio-líder de Private Equity e Venture Capital da KPMG no Brasil, Roberto Haddad.

As empresas de tecnologia ligadas aos setores financeiro e de seguros (fintechs e insurtechs) receberam 25% dos investimentos dos fundos de venture capital no primeiro trimestre do ano. Já as healtechs, startups do setor de saúde, ficaram com 13% dos aportes enquanto as

# Teatro

VIPDESIGN



Também para avaliar a satisfação do consumidor, chame a Demanda. O estado da arte em pesquisa.

Fale com Silvio Pires de Paula  
silvio@demanda.com.br ou tel.: +55(11) 3218-8000  
www.demanda.com.br

**DEMANDA**  
54 ANOS  
ORIENTANDO MELHORES DECISÕES

retailtechs, do setor de varejo, responderam por 10% dos recursos. “O volume de negócios fechados é animador, assim como o crescente interesse dos investidores internacionais. Mesmo que estejamos com muitos assuntos que trazem incertezas, como guerra, eleições, inflação, política local e internacional tensa, o movimento para investimentos no mercado nacional está intenso e confirma o dinamismo e a resiliência do ecossistema empreendedor brasileiro”, ressalta o presidente da ABVCAP, Piero Minardi.

## América Latina

Segundo o relatório do Global Private Equity Report 2022, divulgado pela Bain&Company, a indústria de private equity na América Latina movimentou em 2021 um montante de US\$ 25 bilhões considerando os 50 maiores fundos de investimento praticamente atingindo o valor recorde de 2019, US\$ 27 bilhões - sendo o Brasil responsá-

vel por 60% do total das operações realizadas no período.

De acordo com o documento, o volume de investimentos privados realizados pelos 50 maiores fundos de investimentos no ano passado foi mais que o dobro do visto em 2020, e registrou um crescimento de 55% acima da média do observado nos últimos cinco anos - atingindo o segundo maior patamar da história.

De acordo com o levantamento da Bain, do total de investimento realizados na região pelos 50 maiores fundos de investimentos em 2021, mais da metade (59%) foram destinados para compra de uma fatia minoritária do controle acionário.

Em aquisições, por sua vez, esse volume representou 22% das operações. As demais foram ofertas públicas iniciais (IPO) e processos de privatização, com 12% e 8%, respectivamente.

Segundo a Bain & Company, o cenário mundial de liquidez abun-

dante e a janela de oportunidade de aportar recursos em empresas com alta atratividade de retorno fizeram com que os fundos de private equity acelerassem o passo nesses investimentos. Com um volume recorde de capital não alocado, os investidores de private equity se depararam com as condições ideais para comprar e vender empresas.

Para 2022, o relatório ressalta que o ano apresenta uma série de novos desafios para a indústria de private equity em razão dos impactos econômicos gerados pela crise da covid e agravados pelo conflito entre Rússia e Ucrânia. O conflito vem gerando pressões inflacionárias significativas em todo o mundo, tanto nos preços de commodities e outros insumos como energia. Isso eleva custos para produtores, que acabam repassando para os consumidores. Além disso, ainda se observa certa instabilidade das cadeias globais de distribuição pelo recrudescimento da covid em países como a China. **E.L.**



The  
**WINNERS**



**CONFIRA AS EDIÇÕES DA THE WINNERS**  
nas principais bancas digitais

**ALE BOIANI**

CEO, fundadora e sócia do 360iGroup

## ARTIGO

# Investimentos no exterior: o que você precisa saber

**M**anter investimentos no exterior pode ser uma boa forma de diversificar a moeda de investimento e diminuir o risco ao que estamos expostos dentro do nosso próprio país. Esses são os principais motivos, pois o mercado de bolsa brasileiro ainda é muito pequeno, principalmente se comparado com o mercado americano.

Os ativos americanos representam por volta de 70% dos ativos disponíveis no mundo, enquanto o Brasil representa por volta de 1% e é bastante concentrado em commodities e empresas financeiras. Através do mercado internacional o investidor terá acesso a nichos que não temos em nossa bolsa de valores como biotecnologia e blockchain, por exemplo. O brasileiro conso-

me muitos produtos estrangeiros, tais como o celular, o computador, o videogame, o relógio, os streamings, as viagens de férias, e, com os investimentos fora do país, poderá investir nestas empresas das quais já é cliente.

É muito importante mitigar o risco do país estando “investido” em outras áreas geográficas em momentos de crise ou instabilidade no Brasil, por exemplo. Proteger o patrimônio, ter uma reserva em “moeda forte”, como costumamos chamar, seja para planos de estudar ou morar no exterior, ou até mesmo para curtir viagens internacionais sem se preocupar com as altas do dólar.

Dito isso, a pergunta mais comum: com quanto posso começar a investir no exterior? De alguns anos para cá o mercado internacional deixou de ser um

mercado apenas para milionários, e o pequeno investidor passou a ter acesso via plataformas digitais para investir no mercado americano geralmente a partir de US\$100. Carteiras abaixo de US\$100 mil costumam ser por autotendimento: você até pode falar com uma central, mas não tem alguém ali cuidando diretamente dos seus investimentos.

Sobre quais cuidados ter ao investir em dólares, a principal dica é: checar a instituição. Como estamos falando de empresas domiciliadas fora do Brasil, o ideal é que estas empresas intermediárias ou tenham capital aberto em bolsa (possibilidade de checagem da empresa sem depender que ela própria te passe as informações), ou que tenha presença no Brasil, pois neste caso terá uma preocupação com o reputacional e qualquer problema

que o investidor tenha no exterior, pode acionar a empresa aqui.

Se não for uma conta de atendimento, checar quem está te apresentando o produto é fundamental. Para indicar clientes para companhias no exterior, não necessariamente a pessoa precisa ter certificações da área financeira, e hoje em dia se mistura muito o papel do 'influencer' com o profissional da área de investimentos. O ideal é que a pessoa que está te orientando tenha conhecimento técnico para isto, por mais que vá dividir o atendimento com o profissional registrado no exterior. Através do site da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), você poderá checar se o profissional é registrado e qualificado para passar essas orientações para você.

Estar atento às movimentações do dólar e do mercado, de forma geral, faz parte dos cui-

dados - e não para adivinhar o melhor momento para entrar ou o pior momento para sair - mas, sim, fazer uma taxa média tanto do dólar quanto dos ativos que estiver comprando.

Além disso, a consistência torna-se uma premissa para esse tipo de investimento. Visão de longo prazo e diversificação são importantes para qualquer perfil de risco.

E por último: quais são os tipos de investimento que é possível ter no exterior? Depende dos

valores investidos, mas o brasileiro pode investir em ações, índices, cripto, rendas fixas, fundos, produtos estruturados, carteiras administradas, entre outros.

Vale ressaltar que os perfis de risco no exterior têm composições diferentes das brasileiras. Como os Estados Unidos (EUA) e vários países da Europa tiveram longos períodos de taxas de juros muito baixas, mesmo nos perfis mais conservadores, a composição de renda variável está presente. 

“

**ESTAR ATENTO ÀS MOVIMENTAÇÕES DO DÓLAR E DO MERCADO, DE FORMA GERAL, FAZ PARTE DOS CUIDADOS - E NÃO PARA ADIVINHAR O MELHOR MOMENTO DE ENTRAR OU SAIR - MAS, SIM, FAZER UMA TAXA MÉDIA TANTO DO DÓLAR QUANTO DOS ATIVOS**

”

ADOBE STOCK



# Aumento de preços é sentido por 71% da população

**D**urante o Fórum da Cadeia Nacional de Abastecimento, realizado pela Associação Brasileira de Supermercados (Abras) em junho, o presidente Jair Bolsonaro e o ministro da Economia, Paulo Guedes, fizeram um apelo para que os empresários do setor de supermercados diminuam os lucros na produção e venda de produtos da cesta básica para conter o aumento da inflação. A fala deles repercutiu. Afinal, é possível reduzir o repasse? Como os supermercadistas teriam de trabalhar?

Enquanto isso, a inflação continua elevada. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), considerado a inflação oficial do país, avançou mais no mês de junho, com alta de 0,69% acu-



mulando 12,04% em 12 meses, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Um estudo recente da dunhumby, no Brasil, empresa global líder em ciência de dados do consumidor, apontou que, na média, 71% dos brasileiros sentem que os preços, no geral, estão muito mais altos na comparação de 12 meses. A região do país na qual os consumidores mais sentiram o aumento na comparação com o ano passado foi o Sul (75%), seguido pelo Sudeste (73%), Norte (70%), Centro-Oeste (70%) e Nordeste (64%). Ainda de acordo com a pesquisa, a percepção da inflação dos alimentos pelos brasileiros é de 49%.

A população de baixa renda tem uma percepção da inflação maior, visto que a alimentação representa uma grande parte

de seus orçamentos (53%), seguido pela população de renda média e alta (ambos em 44%). Os consumidores com renda menor usam menos estratégias de compras, divulgou a dunhumby, mas representam a maior parcela dos brasileiros que compram em lojas com preços mais baixos (51%), seguidos pelos de alta renda (46%) e renda média (52%).

Segundo a assessoria da dunhumby, a pesquisa incluiu mais de 10.500 respondentes em todo o Brasil, durante o mês de maio de 2022, e faz parte de um amplo estudo sobre o ambiente de varejo para o mercado brasileiro.

Em entrevista à Economy&Law, André Rocha, que é country head da dunhumby no Brasil, fala sobre competitividade em tempos de altas nos preços.

**OS CONSUMIDORES COM RENDA MENOR USAM MENOS ESTRATÉGIAS DE COMPRAS, DIVULGOU A DUNNHUMBY, MAS REPRESENTAM A MAIOR PARCELA DOS BRASILEIROS QUE COMPRAM EM LOJAS COM PREÇOS MAIS BAIXOS (51%)**





PREMIUM FREEPIK

## **The Winners Economy&Law – Como os supermercadistas podem trabalhar para reduzir parte dos repasses de preços ao consumidor? Isso é possível?**

**André Rocha** – Sim. Os re-sets de categoria estão entre as táticas mais significativas para ajudar os varejistas a garantir que eles mitiguem o repasse total da inflação para os clientes, esses ganhos e benefícios são perceptíveis em médio prazo. Para isso, é fundamental o uso da ciência e das estruturas embasadas em dados para definir estratégias de categoria e produto buscando o equilíbrio correto de variedade, inovação, marca própria, preço e promoção. Presença e disponibilidade de produtos de marca própria é uma grande defesa contra a inflação, com benefícios até maiores do que uma cesta total mais barata no caixa.

A lista KVI (key value itens), composta pelos itens que contribuem para a percepção de valor, deve ser revisitada considerando as necessidades e hábitos dos clien-

tes, em especial neste momento, visto que muitos deles podem ter se alterado durante a pandemia. Aos varejistas cabe a missão de ciência de dados para balancear como os preços e promoções trabalham juntos a fim de entregar valor ao cliente. Algumas categorias e produtos funcionam em uma “estratégica baseada em PBTB (preço baixo todo dia)”, enquanto outras se beneficiam mais com promoções.

## **TWE&L – Que outros dados de inteligência do comportamento consumidor podem guiar o empresário?**

**AR** – A substitutibilidade é a ciência de como os compradores únicos ou similares percebem um produto, olhando para compras cruzadas entre dois itens da mesma categoria, na mesma cesta ou separada, para determinar quais são substituíveis ou complementares. Ela comprova que até 20% do sortimento pode ser excluído sem consequências negativas para os clientes ou para os resultados comerciais. A

aplicação desta ciência faz com que o sortimento seja ainda mais efetivo, permitindo a eliminação de produtos duplicados que atendem a uma mesma demanda. Isso melhora a percepção de valor e a experiência na loja, simplifica as escolhas dos consumidores e auxilia os clientes a encontrarem os produtos certos para as suas necessidades e orçamentos.

## **TWE&L – Como o pequeno empresário pode ter um norte em relação ao seu consumidor final, em qualquer área, já que, em regra, só os grandes conseguem encomendar pesquisas de mercado?**

**AR** – Tempos adversos exigem uma ampla compreensão das necessidades e hábitos dos clientes, e os varejistas regionais estão mais próximos do cliente, entendem suas necessidades e podem construir sua estratégia para atender às demandas dos consumidores. Não necessariamente todas as categorias precisam ter variedade de produtos, mas sim aquelas que fazem sentido dentro do contexto do consumidor.

## **TWE&L – Apesar da alta consecutiva nos preços, a pesquisa mostrou que a percepção da inflação dos alimentos pelos brasileiros é de 49%. Isso se deve à falta de educação financeira?**

**AR** – Na realidade, não há dúvida de que as pessoas estão cientes dos preços mais altos, já que quase três em cada quatro respondentes da pesquisa (71%) afirmaram que os preços estão muito maiores do que há um ano. Para entender o que isso signifi-



**CONFIRA AS EDIÇÕES DA VIDI**  
nas principais bancas digitais

ca para as pessoas, perguntamos a elas o quanto elas achavam que os preços haviam aumentado. E o resultado é uma distância de 37 pontos percentuais entre o aumento real dos preços e o sentimento dos consumidores, a percepção se torna a própria realidade dos brasileiros.

A estimativa da inflação dos alimentos pelos brasileiros é de 49%. O maior impacto é percebido pelos consumidores na região Centro-Oeste (52%), seguido pelo Sul (50.6%), Sudeste (49.8%), Norte (48.5) e Nordeste (45.3%).

## **TWE&L – Como vocês chegaram à conclusão de que os consumidores de renda menor usam menos estratégias de compras?**

**AR** – Os clientes de menor renda priorizam comprar em lojas onde sabem que encontrarão os preços mais baixos (51%) ou comparar os preços antes de decidir onde comprar (48%). Qualquer outra tática não é mais importante do que essas duas. Já os de média e alta renda buscam outras alternativas para suas compras, comprando em lojas onde encontram melhor qualidade de produtos (44% e 51%) e utilizando cupons e ofertas especiais (33% e 37%).

## **TWE&L – Os consumidores estão mais atentos aos preços?**

**AR** – Acredito que sim, pois cerca de 98% dos consumidores utilizam ao menos uma estratégia para encontrar os melhores preços na hora das compras. Comprar em locais onde os preços são mais baixos é a estratégia predominante em lojas físicas (53%),

seguido por comparar os preços (48%). Nas lojas online estes percentuais ficam em 43% e 45%, respectivamente, e no pure play (empresas focadas exclusivamente em um determinado produto ou serviço) ficam em 43% e 44%. As pressões econômicas aumentaram e as pessoas sentem mais a diferença no bolso. Perante essa percepção aguda do consumidor brasileiro em relação a inflação, o

varejista precisa revisitar suas estratégias de preço e promoção, aliadas a um planejamento comercial que suporte essas estratégias, fortalecendo sua capacidade de atender as necessidades do consumidor com uma melhor percepção de preço. Aqueles que conseguirem aliar um conhecimento efetivo do hábito do consumidor às suas estratégias comerciais estarão aptos a se diferenciar da concorrência. **B.T**



**André Rocha, country head da dunnhumby no Brasil**



## Confira nosso conteúdo exclusivo!

• Eventos Nacionais e Internacionais • Entrevistas • Fóruns • Webinars



Inscreva-se no  
**canal TV GCSM**,  
ative o sininho e  
receba as notificações

**JUAN JENSEN**

Chairman da 4intelligence

## ARTIGO

# Por que a inteligência artificial depende dos motores de busca e vice-versa?

**E**ntre a digitação do usuário no campo de pesquisa e a demonstração dos resultados na página são poucos milissegundos. Entretanto, é nesse curto tempo que podemos encontrar o exemplo mais claro da presença da inteligência artificial em nossas vidas. Sim, sem essa tecnologia os motores de busca provavelmente não teriam a mesma fama e eficiência que possuem atualmente.

Se hoje é possível conferir o placar de seu time de coração, acompanhar a previsão do tempo e encontrar basicamente tudo o que precisa com poucas palavras, é graças a essa relação intrínseca. Nossos hábitos e o próprio mundo nunca mais foram os mesmos.

Para se ter uma ideia da importância que essa atividade possui em nossas vidas, basta con-

ferir alguns números compilados pelo portal Statista. Em um minuto na internet, por exemplo, são realizadas cerca de 5,7 milhões de pesquisas no Google, o principal motor de busca, detentor de 85% do mercado global da área. Como era de se esperar, tornou-se uma fonte bastante lucrativa. O investimento em publicidade nesses portais, como os links patrocinados, superou US\$ 144 bilhões em 2021 e deve chegar a US\$ 163 bilhões em 2022, um crescimento de 13,2% de um ano a outro.

Os indicadores positivos são reflexos do aperfeiçoamento dos motores de busca com a evolução da própria tecnologia. Sua criação remonta justamente à expansão da internet na virada dos anos 1980 para 1990. Se existia uma rede de computadores era preciso criar ferramentas que permitissem

acessar suas informações de forma rápida e simples.

Ou seja, era necessário indexar as informações disponíveis para disponibilizar ao usuário. No início da internet comercial, por exemplo, os primeiros portais do tipo indexavam as páginas por sua categorização, depois meta-buscas até chegar a recursos mais eficientes, como as palavras-chaves. Assim, é simples perceber que o volume de dados a ser indexado cresceu de forma exponencial ao longo dessas décadas.

É nesse ponto que entra a proposta da inteligência artificial. As empresas responsáveis pelos motores de busca perceberam que poderiam criar algoritmos capazes de indexar uma quantidade muito maior de páginas em um período de tempo muito menor. São os famosos robôs que ras-



“

treiam os sites de acordo com diversos parâmetros e os elencam em grau de relevância conforme a busca efetuada pelo usuário.

Com a evolução da própria tecnologia de IA, as buscas também ficaram mais evoluídas. Hoje é possível fazer pesquisas complexas com grande eficiência, além de toda a divisão decorrente dessa área, com buscas em segmentos específicos, diretórios em sites, entre outros.

Em contrapartida, os motores de busca oferecem a matéria-prima essencial para qualquer projeto de inteligência artificial: os dados. A cada pesquisa que as pessoas realizam em um motor de busca, passa informações relevantes sobre suas necessidades, curiosidades e vontades.

**A CADA PESQUISA QUE AS PESSOAS REALIZAM EM UM MOTOR DE BUSCA, PASSA INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE SUAS NECESSIDADES, CURIOSIDADES E VONTADES. ASSIM, AS FERRAMENTAS IDENTIFICAM PADRÕES E PROJETAM INDICADORES**

”

Assim, as ferramentas conseguem identificar padrões entre os diferentes públicos, e a partir daí, projetar indicadores que servem de base para empresas e organizações criarem produtos e serviços de acordo com seu público.

Entretanto, é necessário reconhecer que também há desafios latentes. As buscas por voz e expressões regionais, por exemplo, podem – e devem – melhorar no futuro. A questão da privacidade dos dados, exemplificada pela LGPD no Brasil, também merece uma discussão à parte. Mas é inegável que sem esses portais e a IA nossas vidas seriam bem mais complicadas. Ou você conseguiria viver sem dar aquela “pesquisadinha” rápida no seu dia a dia quando encontrar algo curioso ou interessante? 

# Mais prédios **nas cidades**





ADOBE STOCK

**U**ma volta pela cidade de São Paulo é suficiente para atestar que o volume de novos prédios não para de subir. A tendência é a mesma em todo o país. E um dado pode comprovar que este movimento de mais construções verticais. É uma pesquisa realizada pela Associação Brasileira das Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc) em parceria com a Deloitte. O estudo mostrou que a maioria das empresas estão interessadas em comprar terrenos nas cidades.

Apesar das expectativas, de acordo com a Abrainc, a procura por imóveis residenciais no Brasil vem sendo impactada constantemente pelo aumento de preços e pela tendência de alta nos juros. E, apesar deste cenário, o índice de vendas se manteve próximo à estabilidade no primeiro trimestre de 2022, segundo a 5ª edição do Indicador de Confiança do setor Imobiliário Residencial, realizado pela Abrainc em parceria com a Deloitte, maior organização de serviços profissionais do mundo.

O levantamento, realizado com 47 empresas construtoras e incorporadoras do setor imobiliário residencial entre 1º e 18º de abril, revela, ainda, que apesar dos fatores citados, o mercado continua ativo e desenvolvendo novos projetos.

Por conta do aumento dos preços dos insumos da construção, o índice de preços do indicador Abrainc/Deloitte teve um crescimento de 11% no 1º trimestre, em relação ao anterior. Os índices

de procura por imóveis residenciais e o de vendas também foram impactados pela combinação do aumento de preços com tendência de alta nos juros, sofrendo queda, respectivamente, de 3% e 1,4% no 1º trimestre. Por outro lado, o índice de procura para o mercado Casa Verde Amarela (CVA) registrou, no período, leve recuperação (3,8%), mas ainda não voltou ao nível médio do ano passado. Já a procura por imóveis Médio e Alto Padrão (MAP) segue em queda, pressionando a demanda geral, retornando a um patamar próximo ao do 3º trimestre de 2021.

Embora haja muitas incertezas ocasionadas pela alta nos preços, grande parte (95%) dos entrevistados indicou que o lançamento de empreendimentos deve ocorrer nos próximos meses, o que indica que o mercado imobiliário continua aquecido.

**O LEVANTAMENTO, REALIZADO COM 47 EMPRESAS CONSTRUTORAS E INCORPORADORAS DO SETOR IMOBILIÁRIO, REVELA QUE O MERCADO CONTINUA ATIVO E DESENVOLVENDO NOVOS PROJETOS**

# MERCADO IMOBILIÁRIO

Para o presidente da Abrainc, Luiz França, as perspectivas relacionadas aos lançamentos e aquisição de terrenos são indicativos positivos para o setor. “Eles nos mostram que os empresários esperam manter o ritmo do negócio ao invés de reduzi-lo, apesar, é claro, da cautela exigida pelo momento econômico. Ainda assim, a expectativa quanto à elevação de preços dos imóveis deve aquecer o mercado, podendo provocar a antecipação de compra por parte do consumidor e atraindo mais pessoas interessadas neste tipo de investimento. No geral, os empresários sinalizam que o desempenho do setor neste ano deve ser similar ao de 2021”, destaca o executivo.

O indicador de confiança do setor imobiliário residencial do 1º trimestre de 2022, realizado pela Deloitte, em parceria com a Abrainc, contou com a participação de 47 empresas construtoras e incorporadoras do setor imobiliário residencial, divididas nos seguintes segmentos: 30% Casa Verde Amarela, 36% Médio e Alto Padrão e 34% atuantes em ambos os segmentos. O levantamento ouviu executivos de alto escalão (C-Level) das empresas participantes.

A pesquisa usou uma metodologia diferenciada para interpretar os resultados e facilitar a leitura entre os trimestres. Desse modo, os percentuais de respostas foram transformados em notas variando de 1 (para forte redução) a 3 (para forte aumento) e cada segmento foi classificado dentro desse padrão. As respostas dos participantes da pesquisa indicaram se houve redução, manutenção ou aumento em

## Otimismo do setor em números



Pesquisa mostra que o mercado continua ativo e desenvolvendo novos projetos – a maioria (79%) das empresas respondentes pretende adquirir terrenos nos próximos 12 meses



Apesar das incertezas ocasionadas pela alta nos preços, grande parte (95%) dos entrevistados indicou que o lançamento de empreendimentos deve ocorrer este ano



Executivos do setor imobiliário residencial esperam manutenção nas vendas para o 2º trimestre e, também, nos próximos 12 meses



Expectativas para os preços dos imóveis residenciais seguem com forte aumento para o próximo trimestre, para os próximos 12 meses e para os próximos cinco anos

relação ao trimestre anterior para os itens procura, vendas, e preços dos imóveis. Além da variação do trimestre apurado, os respondentes indicam as expectativas.

A Economy&Law entrevistou o presidente da Abrainc, que traz a avaliação de mercado no contexto da atual economia e dos juros altos.

**TheWinners Economy&Law – A Abrainc/Deloitte divulgou uma pesquisa que mostrou que o mercado imobiliário continua ativo e desenvolvendo novos projetos – a maioria (79%) das empresas respondentes pretende adquirir terrenos nos próximos 12 meses. Na cidade de São Paulo é visível que há novas construções por toda parte. O que está acontecendo, visto que estamos num momento de clara crise econômica?**

**Luiz França** – O mercado imobiliário segue atrativo. A pesquisa Abrainc-Deloitte mostra que 79% dos empresários pretendem conti-

nuar comprando terreno para realizar empreendimentos futuros, o que denota uma forte confiança no mercado no longo prazo. Os ativos imobiliários estão se valorizando bastante, o que também torna a compra atrativa. Ainda temos um alto déficit habitacional (7,8 milhões de famílias), o que mostra o alto potencial de mercado a ser explorado.

**TWE&L – A procura por imóveis residenciais no Brasil vem sendo impactada constantemente pelo aumento de preços e pela tendência de alta nos juros. Apesar deste cenário, o índice de vendas se**

**manteve próximo à estabilidade no primeiro trimestre de 2022. Como esse cenário se explica?**

**LF** – O aumento na taxa de juros não impede o investimento em imóveis, principalmente ao se avaliar o histórico brasileiro em que a Selic quase sempre esteve acima de dois dígitos e, mesmo assim, o mercado imobiliário não deixou de se desenvolver. O financiamento habitacional de média e alta renda é atrelado à poupança, e esse arcabouço impede que a taxa do financiamento suba na mesma proporção da Selic.

**TWE&L** – No último trimestre móvel (janeiro a março 2022), os lançamentos de empreendimentos de Médio e Alto Padrão (MAP) tiveram uma expansão de 35,6%, contribuindo para um crescimento de 20,1% no volume lançado em 12 meses (154.315 imóveis). A elite está comprando mais. Como alcançar uma melhora para o restante da população ter acesso à moradia?

**LF** – Programas habitacionais de baixa renda, como o programa Casa Verde e Amarela (CVA) e o Minha Casa, Minha Vida (MCMV), que já financiaram seis milhões de moradias desde 2009, é uma das soluções. O setor imobiliário necessita de funding específico, com juros baixos que permitam ao morador de baixa renda ter condições de acessar o imóvel. Preservar o uso do FGTS para habitação, atualmente, é a única fonte de recurso para a habitação popular, e uma importante medida para a manutenção desse atendimento à população.

**TWE&L** – Aparentemente, o governo vai seguir com a política de

**alta nos juros para tentar conter a inflação. A Abrainc disse publicamente que é favorável à política de aumento nos juros como contenção para a inflação. Isso reflete nos valores finais dos financiamentos. O senhor pode explicar como funciona?**

**LF** – O aumento na Selic vem sendo necessário para conter a inflação e assim preservar o poder de compra da população. Estamos em

um contexto de forte inflação em função do desordenamento das cadeias produtivas, e, para conter esse processo, o Banco Central fica obrigado a agir aumentando a Selic.

Entretanto, temos que ressaltar que os financiamentos habitacionais têm uma estrutura própria de funding, o que garante que a alta nos juros não seja repassada na mesma magnitude ao comprador. Uma prova disso é que a Selic subiu

DIVULGAÇÃO



Luiz França, presidente da Abrainc

# MERCADO IMOBILIÁRIO

11% desde o início de 2021 e os juros do financiamento imobiliário SBPE subiram apenas 2%. Além disso, hoje o comprador tem várias opções para reduzir o valor da parcela, como o financiamento por 40 anos e a portabilidade, que permite uma redução da taxa ao longo do financiamento.

Para o financiamento de baixa renda (que corresponde a 80% do total produzido), o funding é o FGTS, que não apresenta correlação com a Selic. Dessa forma as taxas do CVA ficaram inalteradas mesmo com o aumento da Selic.

**TWE&L – As taxas de juros praticadas pelos bancos não são unicamente atreladas à poupança. Isso não deveria acabar?**

LF – É muito importante termos diversos mecanismos que garantam ampla disponibilidade de funding aos compradores de imóvel com um juro baixo. Isso é fundamental em um país com histórico de juros altos, como o Brasil. Temos não só que manter as atuais fontes de funding do setor (Poupança e FGTS) como pensar em outros mecanismos. Temos que seguir o exemplo do

mercado norte-americano em que existem diversas modalidades de financiamento no setor imobiliário e, muitas delas, se viabilizam devido a isenção de impostos e alocação de subsídios por parte do governo.

**TWE&L – Não há risco de bolha imobiliária?**

LF – Não. Uma bolha ocorre quando um determinado ativo começa a se valorizar rapidamente de forma não condizente com seu lastro. A valorização do preço dos imóveis é embasada por diversos argumentos econômicos e vem ocorrendo em todo mundo. No Reino Unido, por exemplo, as famílias tiveram um ganho patrimonial de US\$ 1,2 trilhão. Em momentos de alta inflação e instabilidade econômica é normal que os investidores comecem a investir em ativos reais, procurando proteção. Precisamos também considerar que nas grandes cidades os espaços estão cada vez mais escassos. Isso amplia a busca pelos imóveis atualmente ofertados. A alta taxa de formação de famílias no Brasil, cerca de 1,1 milhão de novas famílias são for-

mas por ano, é também um importante indicador que denota alto potencial do mercado.

**TWE&L – Em relação à América Latina, como o Brasil está hoje em termos de mercado imobiliário?**

LF – O Brasil vem conseguindo passar pela atual crise econômica melhor que a média dos países da América Latina. Temos um programa habitacional de baixa renda estruturado, assim como ocorre em outros países, como o México, por exemplo. Porém, ainda podemos crescer, já que nossa relação crédito imobiliário/PIB está em cerca de 10%. No Chile, por exemplo, é quase o dobro dessa relação.

**TWE&L – Para quem pensa em investir em algum imóvel visando rentabilidade futura, quais são suas orientações?**

LF – Investir em imóvel é uma forma segura de se conseguir uma boa rentabilidade no longo prazo. Além disso, o ativo imobiliário protege o patrimônio do investidor da alta inflacionária.

A Abreinc realizou um estudo comprando o rendimento do imóvel com aplicações financeiras entre 2009 e 2019 e foi notado que o investimento em imóveis, quando se avalia a valorização do ativo e o ganho do aluguel, tiveram um ganho cerca de 50% superior.

No último ano, os preços do imóvel tiveram uma forte elevação, 17% ao ano, de acordo com o indicador Índice Geral de Preços do Mercado Imobiliário Residencial (IG-MI-R) da Abecip. Em cidades como São Paulo, esse aumento foi ainda maior, batendo em 19,49%. **BT**



**VitaDerm**  
HIPOALERGÊNICA

DESDE 1984

**isic**  
INSTITUTO SCHULMAN DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

**brasileira,  
saúdável  
& segura.**

#pele&cabelo

[www.vitaderm.com](http://www.vitaderm.com)



**BRUNA  
CENTENO**

Economista e especialista  
em Renda Fixa da Blue3

## ARTIGO

# Os efeitos pós-pandemia e a recuperação econômica

**E**ntramos a década de 2020 como um momento drástico da nossa sociedade e economia com o avanço da pandemia do covid-19. Foram necessárias medidas de isolamento social após uma possível recuperação frente a uma recente crise econômica (2014/2017), o que também impactou maiores números na economia.

Para a retomada do crescimento, era esperada a implementação de uma forte agenda de reformas, visando superar os choques de oferta e demanda originados pelas crises anteriores. Porém, com a pandemia, todo o planejamento econômico precisou ser reestruturado para conseguir combater a atual crise causada mundialmente.

No médio prazo, podemos esperar que os efeitos da pandemia

ainda atingirão a nossa atividade econômica. O aumento da inflação no mundo todo ainda se mostra persistente, mesmo em meio aos diversos e contínuos aumento nas taxas de juros ao redor do mundo e uma política monetária bastante agressiva. A depreciação das ofertas de trabalho, o alto nível de endividamento, a desigualdade de renda e a crise fiscal colocam em risco a recuperação das economias emergentes e em desenvolvimento,

e o receio das duas principais economias (China e EUA) entrarem em uma desaceleração econômica traz um grande receio em relação a demanda externa e a interdependência das economias.

Pela primeira vez depois de muitos anos, estamos diante de incertezas que extrapolam as decisões de políticas públicas econômicas. As medidas de política monetária no mundo todo - como aumento das taxas de juros, redu-

“

**O AUMENTO DA INFLAÇÃO NO MUNDO TODO AINDA SE MOSTRA PERSISTENTE, MESMO EM MEIO AOS DIVERSOS E CONTÍNUOS AUMENTO NAS TAXAS DE JUROS AO REDOR DO MUNDO E UMA POLÍTICA MONETÁRIA BASTANTE AGRESSIVA**

”

ção de títulos públicos nos balanços dos governos, redução das despesas - ainda em patamares que são desconhecidos em seus desdobramentos, parecem ser um remédio amargo necessário que, por ora, não conseguimos mensurar os efeitos adversos no longo prazo, a não ser um crescimento em declínio.

O fato é que nenhuma economia se sustenta com níveis de inflação e taxas de juros tão elevados. O comprometimento do crescimento dos países agora enfrenta um novo desafio: tomar decisões de políticas públicas para regular as expectativas de curto prazo do mercado, considerando os efeitos que essas expectativas podem causar na população. A redução na desigualdade social conquistada, parcialmente, nas últimas décadas foi afetada, bloqueando, mais uma vez, o acesso à educação, saúde, emprego e renda de grande parte da população.

Diante dessa desaceleração esperada para a atividade econômica global, fica o desafio das economias, como um todo, em calibrar as políticas fiscais e monetárias, uma vez que a crise muda a maneira como o mercado se comporta nas decisões de consumo, investimento e geração de emprego. Reformas que consigam diminuir o impacto dos efeitos da pandemia sobre o nível de renda, investimento, emprego, dívida pública, crédito devem ser elaborados de forma conjunta entre as economias internacionais. Reformas de âmbito tributário e administrativo, investimentos em infraestrutura para geração de empregos e manutenção da renda são alguns exemplos que podem auxiliar o país para a retomada econômica. **PL**

ADOBE STOCK



**A** título de panorama geral, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) tem autorizado a importação de alguns produtos medicinais à base de uma substância da cannabis, o canabidiol (CBD), para ser comercializado em farmácias brasileiras. A primeira aprovação por parte da Anvisa ocorreu em abril de 2020, e, em junho do ano passado, a Comissão especial da Câmara aprovou um projeto que libera o cultivo da cannabis, por empresas, para fins medicinais e industriais, porém não há avanço na discussão. E em ano eleitoral é pouco provável que o tema progrida.

A complexidade do tema exige que se diga que a planta tem auxiliado no tratamento de inúmeras doenças e, por entender sua importância, a Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu, em junho, permitir salvo-conduto para o plantio de cannabis com fins medicinais. Por unanimidade, os ministros decidiram impedir qualquer órgão de persecução penal no impedimento do cultivo por parte de pacientes que precisam do canabidiol para tratamento médico. A decisão do STJ abre caminho para outros juízes, já que foi aberto precedente.

Economicamente falando, uma sondagem da Prohibition Partners,

**POR UNANIMIDADE, OS MINISTROS DECIDIRAM IMPEDIR QUALQUER ÓRGÃO DE PERSECUÇÃO PENAL NO IMPEDIMENTO DO CULTIVO POR PARTE DE PACIENTES QUE PRECISAM DO CANABIDIOL PARA TRATAMENTO MÉDICO. A DECISÃO DO STJ ABRE CAMINHO PARA OUTROS JUÍZES, JÁ QUE FOI ABERTO PRECEDENTE**



# Um mercado bilionário em compasso de espera

feita ano passado, aponta que esse segmento deve atingir um ganho global de US\$ 105 bilhões até 2026. Nos Estados Unidos já movimenta bilhões e na região latino-americana, quase a metade dos países integrantes já legalizou o uso da planta para fins terapêuticos.

No Brasil, a Associação Brasileira das Indústrias de Cannabis (Abicainn) luta para tentar mobilizar as autoridades rumo à legalização do plantio. Um estudo da Euromonitor International, divulgado pela Abicainn, diz que as taxas de crescimento anuais do mercado de cannabis serão expressivas, chegando a três dígitos, considerando os preços de

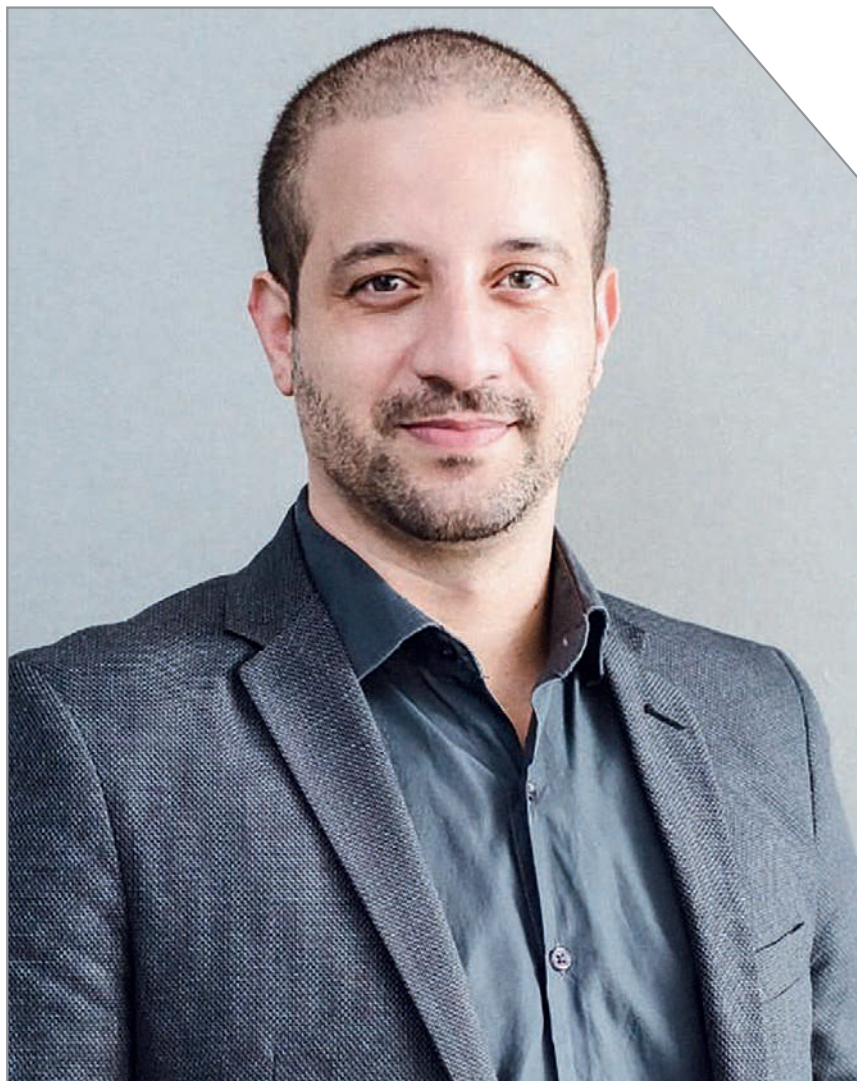
produtos finais para saúde e estética pesquisados em 2021.

De acordo com a Euromonitor, a expectativa de taxa de crescimento anual composta, entre 2019 e 2026, poderá atingir até 110% para o mercado total de cannabis, em valor. Além disso, o crescimento desse mesmo período poderá atingir até 18.000%. A empresa de dados para produtos finais considera, para esse cálculo, somente cannabis medicinal e cosméticos.

Ao incluir os outros mercados potenciais, como o uso para a indústria têxtil, construção civil ou plástico, os índices poderão acusar crescimentos ainda maiores, revelando todo o potencial e a plurali-

dade dessa categoria. Por enquanto, os principais gargalos para a indústria da cannabis no Brasil estão focados em duas grandes áreas: produtiva - inclusive a logística - e a consumidora - principalmente no que se refere à precificação dos produtos de cannabis.

Thiago Ermano, presidente da Abicainn diz que há uma necessidade urgente de que o poder público se debruce sobre o tema. "Indicadores como esses apontam para a necessidade urgente de o governo federal, governos estaduais, universidades e outras instituições privadas que atuam com ciências e saúde se movimentarem, o mais rápido possível, para



Thiago Ermano, presidente da Abicainn

orientar médicos, farmacêuticos, advogados, profissionais da saúde em geral, agrônomos, estudantes e, principalmente, pessoas orientadas ao desenvolvimento científico e econômico, para o bem social. Estamos falando em receber o retorno para o Brasil na ordem de US\$ 30 bilhões por ano, a partir de 2030, se começarmos urgentemente a falarmos sério sobre cannabis”, afirma o presidente.

### Os empecilhos do mercado

Segundo a Abicainn, a falta de uma produção interna da cannabis cria um problema produtivo e logístico forte na economia nacional. A importação de produtos puros gera complicações e força a maioria das empresas a importar os produtos já processados, de alguma forma, a exemplo do CBD isolado, encarecendo significativamente os custos. A partir desse entrave, aparecem

diversos problemas na cadeia logística interna brasileira. Com escassez e altos custos produtivos, aumentar a disponibilidade do produto se torna uma tarefa árdua, fazendo com que a oferta se limite a grandes centros e em locais específicos, ou por meio de e-commerces específicos das farmácias.

A entidade ainda considera que, por consequência, o produto chega para o consumidor com alto preço, muitas vezes menos competitivo do que pares mais comuns do mercado, distanciando-o dos brasileiros. Simultaneamente, o pouco conhecimento dos médicos, capazes de prescrever produtos à base de cannabis, também afasta e cria empecilhos para o mercado. Por esta razão, a Abicainn acredita que deve-se investir em estudos clínicos e educação dos prescritores.

Na esfera política, a Euromonitor International considera, ao comparar o mercado brasileiro a outros países, a resistência de alguns setores e partidos políticos, diante de um processo de regulação e legalização da cannabis sativa para o uso industrial e medicinal.

E alerta para a priorização do desenvolvimento de uma base política de aceitação para se atingir o arcabouço legal do desenvolvimento da categoria, como processo fundamental para o Brasil evitar problemas vivenciados em outros países, os quais já legalizaram a cannabis, como o uso extensivo entre os jovens de forma indiscriminada, ou o uso com propósitos medicinais, mas sem conhecimento de dosagem, quantidades e compostos ativos.

# Tendências de novos produtos à base de **canabidiol** para o Brasil

**S**egundo as análises da Euromonitor International, devido à falta de uma legislação específica, os indicadores mostram que haverá um foco muito grande em produtos medicinais centralizados nas doenças graves, como casos extremos de epilepsia e câncer.

Para a Euromonitor, a indústria de cosméticos com CBD poderá se desenvolver, ganhando relevância nos próximos anos. Em diversos países, o canabidiol para uso em cosméticos não é só uma realidade, como também uma tendência forte, em razão do aumento de consumo. O Brasil já é um dos maiores mercados consumidores de cosméticos do mundo. Um segmento promissor surge entre os consumidores de cosméticas naturais - ou com ativos naturais -, convergindo diretamente para os produtos à base de CBD e cânhamo. “Há procura quase que diária de empresá-

rios, investidores e profissionais sérios querendo apostar no desenvolvimento de produtos com cannabis e começam a despertar interesse quando avaliam as análises pontuais da Euromonitor, por exemplo”, afirma o presidente da Abicainn.

## **Cannabis Medicinal: uma causa para mais de 18 milhões de brasileiros**

Segundo a Abicainn, o Brasil representa 33% do mercado da América do Sul na intenção de consumo de produtos à base de cannabis medicinal. A entidade estima que 18 milhões de brasileiros podem se beneficiar com o uso dos componentes oriundos da cannabis para tratamento médico. Se a planta for cultivada no país, a previsão é que sejam gerados mais de 300 mil postos de trabalho em 10 anos.



## **Cânhamo Industrial: um setor com alto potencial de impacto no PIB**

A produção do cânhamo industrial, outra planta do gênero cannabis, tem capacidade para favorecer mais de 200 mercados no Brasil e pelo mundo. É possível produzir desde roupas, sapatos, cosméticos, até produtos para a construção civil e mesmo papel. Os benefícios passam pelo agronegócio, pelas indústrias e chegam ao setor de serviços. Até 2030, mais de 100 países terão feito as pazes com a planta totalmente sustentável da cannabis, informou a entidade.



PREMIUM FREEPIK

Fique por dentro

## Quando a cannabis é medicinal?

**A** partir das descobertas completas do sistema endocanabinoide, na década de 1990, a ciência entendeu como os fitocanabinoides se conectam a praticamente todas as partes do corpo humano e dos animais vertebrados, por meio de receptores naturais no organismo.

Foi somente em 2019 que a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização das Nações Unidas (ONU), em 2020, reconheceram os potenciais terapêuticos da planta cannabis, reclassificando-a ao lado da morfina, por ter controle de efeitos novíços. Cada combinação de substância fitoquímicas pode gerar efeitos diversos, utilizados em medicamentos muito específicos. CBD, CBG, CBN, CBC, CBDV, THC e outras substâncias são canabinoides, de acordo com relatos clínicos, capazes de gerar: analgesia, estímulo ao crescimento de ossos, neuro supressor, anti-inflamatória, antiepiléptica, antiproliferativa, antibacteriana e mais de 250 outras de usos terapêuticos.

Atualmente, mais de 90 países já regulamentaram e mais da metade deles cultivam e/ou industrializam matérias-primas para fornecimento nos mercados internos e para a exportação de produtos com

aplicação nutricional ou farmacológica, de acordo com a Abicainn. Análises mercadológicas indicam que, até 2030, mais de 100 países já terão regras claras sobre o cultivo, cadeia industrial, retorno social, taxas e impostos sobre a cannabis/cânhamo, de acordo com estudos encomendados pela entidade.

### O que é cânhamo (para uso industrial)

O cânhamo (hemp) é um gênero da planta cannabis sativa, cultivada para a produção de fibras em seu caule. Os óleos extraídos das sementes fêmeas são usados à pro-

dução de alimentos, suplementos nutricionais, medicamentos e produtos cosméticos. O índice de THC (tetrahydrocannabinol) é baixo, sendo possível já se cultivar com controle genético seguro. Quando não feminizada, a planta produz um caule fibroso, utilizado na produção de papel, tecidos, madeira, compostos plásticos biodegradáveis, materiais para construção e até biocombustível. É possível se produzir mais de 5.300 tipos de produtos industrializados. Calculam-se que existam mais de 50 mil usos diferentes das fibras nas indústrias. A China é a maior produtora global de cânhamo. **EXI**



PREMIUM FREEPIK



# SAVE THE DATE

**12/08/2022**

9h30 às 18h30

- Evento on-line
- Transmissão ao vivo via Youtube
- Networking via chat
- Programação especial

**Inscrições gratuitas: [www.foca.online](http://www.foca.online)**



OFERECIMENTO



CNC Sesc Senac

Sindicatos | IFec | IFeS

APOIO INSTITUCIONAL



REALIZAÇÃO



MEDIA PARTNERS



CERTIFICAÇÃO CORPORATIVA



ORGANIZAÇÃO





## LAVINIA JUNQUEIRA

Fundadora do Junqueira Ie  
Advogadas e sócia das áreas  
Tributária, Gestão de Patrimônio

## ARTIGO

# Redomiciliação: cuidados na saída definitiva do Brasil

**O** fertas de trabalho, busca por novas oportunidades e culturas ou maior segurança política e tributária são alguns dos principais fatores que levam os brasileiros a se mudarem do Brasil. Seja qual for o motivo, é preciso atenção para que a saída fiscal do país (ou “redomiciliação”) não gere impactos tributários indesejáveis ou não deixe o imigrante em situação ilegal.

Antes da mudança em si, alguns pontos de atenção precisam ser estudados, se possível, com bastante antecedência, como por exemplo: o visto mais adequado e a compreensão sobre o regime tributário, a duração da estadia e os impactos fiscais de cada tipo de visto. Alguns países oferecem programas de redução de tributos por certo período e em certas condições, porém, é necessária a análise e verificação dos requisitos para cumprimento ainda antes da mudança.

A saída do Brasil com a intenção de morar e se fixar em outro país altera a residência do indivíduo. Entretanto, isso por si só não configura a saída fiscal do Brasil e o indivíduo continuará sendo tributado no Brasil. Estabelecer residência e residência fiscal no exterior não impede a qualificação de residência fiscal no Brasil – há a hipótese de dupla RF entre diferentes países.

Com isso, para fazer a mudança e deixar de ser residente fiscal no Brasil é preciso oficializar a sua saída perante a Receita Federal, com a entrega da Comunicação de Saída Definitiva e da Declaração de Saída Definitiva. Enquanto essas comunicações não forem entregues, as autoridades continuarão tratando a pessoa como tributada no Brasil, ainda que ela não esteja mais em solo nacional.

Por isso, após a saída fiscal, a cautela volta-se para a manutenção

“

**ALGUNS PAÍSES OFERECEM PROGRAMAS DE REDUÇÃO DE TRIBUTOS POR CERTO PERÍODO E EM CERTAS CONDIÇÕES, PORÉM, É NECESSÁRIA A ANÁLISE E VERIFICAÇÃO DOS REQUISITOS PARA CUMPRIMENTO AINDA ANTES DA MUDANÇA**”

da condição como não-residente fiscal. Um descuido comum é o não residente fiscal, por desconhecimento ou insegurança, entregar uma Declaração de Imposto de Renda no Brasil, mesmo após ter feito sua saída definitiva. Ao fazer isso, estará atestando sua residência fiscal no país, como se tivesse decidido retornar ao Brasil e invalidado sua saída. O não residente fiscal em nenhuma hipótese precisa entregar a declaração de imposto de renda, independente dos bens que aqui possua, seja imóveis, ações, títulos de renda fixa, conta bancária etc.

Caso o não residente fiscal tenha interesse em manter os investimentos no Brasil, deverá adequar e regularizar suas contas bancárias e de investimentos, conforme determinação do Banco Central do Brasil, passando recursos para uma Conta de Domiciliado no Exterior (CDE), que funciona como uma conta corrente do não residente fiscal, mas com taxas mais elevadas e maiores restrições de investimento. Os investimentos em ativos mais relevantes devem seguir outras contas específicas, conhecidas como contas Resolução 4.373, que são ainda mais caras e só se justificam para valores elevados.

A boa notícia é que o recente Marco Legal do Câmbio prometeu facilitar o acesso de não residentes fiscais ao sistema financeiro nacional sem a necessidade das contas específicas, mas sua aplicação segue suspensa enquanto aguardamos a regulamentação das autoridades competentes.

Superada a burocracia, fazer mudança de residente fiscal é uma grande oportunidade para criar, otimizar e adaptar estruturas de gestão patrimonial e sucessória. O importante é evitar fazer a mudança de jurisdição sem planejamento adequado e sem conhecimento das novas legislações, pois um planejamento mal preparado pode custar muito caro. A assessoria jurídica, tanto no Brasil quanto no país de destino, serve para estudar todas as alternativas nessa transição, assim como todos os cuidados essenciais necessários para garantir seu novo começo. **101**



DIVULGAÇÃO

## CRISTIANE IE

Fundadora do Junqueira Ie Advogadas e sócia das áreas Tributária e Gestão de Patrimônio

PREMIUM FREPIK





ADOBE STOCK

## As melhores empresas para **profissionais LGBTQI+**

**O** Instituto Mais Diversidade em parceria com a Human Rights Campaign Foundation (HRC), e o Fórum de Empresas e Direitos LGBTI+, divulgaram a 1ª edição da pesquisa “Melhores Lugares para Trabalhar para Pessoas LGBTI+ 2022”, realizada pela primeira vez no Brasil. Participaram do levantamento 60 empresas nacionais e multinacionais, com atuação no país, e entre essas, 38 foram reconhecidas neste ano. Isso significa que 63% das companhias pesquisadas receberam pontuação máxima e, por isso, serão acreditadas. Porém, o estudo também evidencia que 37% estão em desconformidade em algum quesito, o que significa que ainda precisam evoluir.

Segundo o Instituto Mais Diversidade, o relatório tem como objetivo apresentar os resultados obtidos, bem como, auxiliar todas as empresas que não alcançaram a nota 100 nesta primeira edição ou empresas que pretendem participar na próxima, para visualizarem as melhores práticas para inclusão das pessoas LGBTI+ consideradas neste índice.

A primeira edição da pesquisa no Brasil traz uma análise abrangente sobre a adoção de políticas inclusivas relacionadas a pessoas colaboradoras LGBTI+ por empresas dos mais diversos setores e tamanhos. No total, mais de 100 organizações aderiram ao estudo e 60 completaram o questionário.

Dessas, 38 receberam a nota máxima de 100 pontos e outras

22 obtiveram notas entre 0 e 90. “Este ranking reconhece os avanços das empresas na pauta LGBTI+ e ajuda a difundir as boas práticas, políticas e processos que criam um ambiente de segurança psicológica para todas as pessoas dentro de uma organização e na sociedade. A participação significativa que tivemos nesta primeira edição da pesquisa reflete o compromisso com a inclusão no meio empresarial brasileiro, mas é apenas um ponto de partida para todo o progresso desejado para a comunidade LGBTI+”, afirmou João Torres, presidente do Instituto Mais Diversidade.

“

**A PARTICIPAÇÃO SIGNIFICATIVA QUE TIVEMOS NESTA PRIMEIRA EDIÇÃO DA PESQUISA REFLETE O COMPROMISSO COM A INCLUSÃO NO MEIO EMPRESARIAL BRASILEIRO, MAS É APENAS UM PONTO DE PARTIDA**

”



João Torres, presidente do Instituto Mais Diversidade

# MERCADO DE TRABALHO

A metodologia da HRC com a Mais Diversidade avaliou as práticas em cinco pilares fundamentais para a inclusão LGBTI+: Políticas e Documentos Institucionais de Não-Discriminação, Governança em Diversidade e Inclusão, Educação para a diversidade LGBTI+, Compromissos Públicos e Monitoramento da inclusão LGBTI+.

O Índice de Igualdade de Melhores Lugares para pessoas LGBTI+ trabalharem é a primeira e mais abrangente avaliação de políticas, práticas e benefícios relacionados à inclusão dessas pessoas em grandes corporações e negócios. Sendo um ótimo instrumento que permite conhecer o nível de progresso das organizações em relação à inclusão de pessoas LGBTI+, de diversidade sexual e de gênero nos seus diferentes ambientes de trabalho. Além de reconhecer estas empresas por seus esforços na criação de uma cultura corporativa inclusiva.

Desde 2002, a HRC aplica o Índice de Igualdade de Melhores Lugares para Trabalhar (CEI, na sigla em inglês) nos Estados Unidos (EUA). E 2016 expandiu sua atuação global para apoiar a inclusão de pessoas LGBTI+ na América Latina e atuou em países

como México, com o índice Equidad MX, Chile (Equidad CL) e em 2021 chegou à Argentina e Brasil, com o Equidad AR e Equidade BR, respectivamente.

Para Keisha Williams, diretora do Programa de Igualdade no Trabalho da HRC, a pesquisa é um testemunho inspirador do compromisso com a igualdade e inclusão LGBTI+ no local de trabalho por parte das empresas, aliados e da comunidade brasileira. “Esperamos continuar a construir esse sucesso e garantir que os ambientes de trabalho sejam um lugar seguro e afirmativo para todos e todas colaboradoras(as)”, finaliza a executiva.

## Sobre o Instituto Mais Diversidade

O Instituto Mais Diversidade é uma organização sem fins lucrativos que mobiliza recursos para articular soluções de alto impacto social. Os projetos visam gerar oportunidades profissionais para a comunidade LGBTI+ em todo o Brasil. O Instituto é o braço social da Mais Diversidade Consultoria, que apoia empresas privadas em questões de diversidade, equidade e cultura inclusiva. **E.L**

## Pontuação máxima para elas

- 3M DO BRASIL LTDA
- Accenture do Brasil Ltda
- Adidas do Brasil
- Alcoa
- Atento Brasil
- Bain & Company
- BASF AS
- Becton Dickinson S.A
- C6 Bank
- Carrefour Comercio e Industria LTDA
- Chubb
- CI&T
- Corteva Agriscience do Brasil
- Cummins
- Demarest Advogados
- Flex
- GE do Brasil
- Gerdau
- J.P. Morgan
- Kearney
- Lexmark International do Brasil
- Localiza
- Mondelez
- NielsenIQ
- Novo Nordisk Produção Farmacêutica do Brasil Ltda
- Oracle do Brasil Sistemas
- Philip Morris Brasil
- Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes
- Renaissance São Paulo Hotel
- SAP
- Symrise Aromas e Fragrâncias Ltda
- TE Connectivity Brasil
- Thomson Reuters
- TozziniFreire Advogados
- Trench Rossi Watanabe
- Veirano Advogados
- Via
- Yara Brasil Fertilizantes

ADOBE STOCK





## CONFIRA AS EDIÇÕES DA ECONOMY&LAW

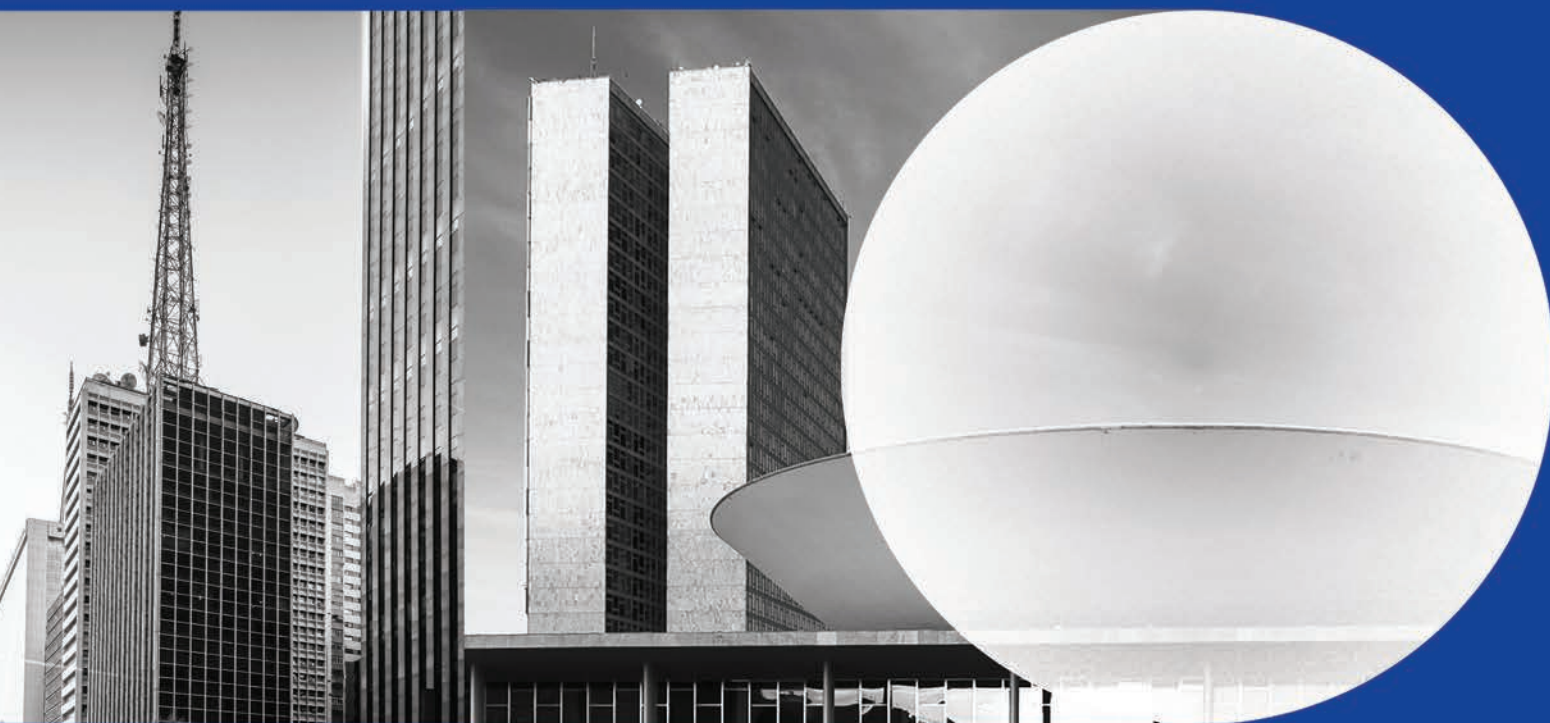
no aplicativo da The Winners Prime Leaders Magazine  
(Apple Store para IOS e Google Play para Android)



# esfera<sup>BR</sup>



UM THINK TANK DE DEBATES  
PARA O PRESENTE E O  
FUTURO DO BRASIL



[esferabrasil.com.br](http://esferabrasil.com.br)

Siga @esferabr

